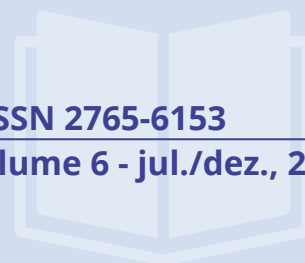




Revista Femass

eISSN 2765-6153
Volume 6 - jul./dez., 2023



FACULDADE PROFESSOR MIGUEL ÂNGELO DA SILVA SANTOS

Editora:

Andréa Giglio Bottino

Editora-executiva:

Cláudia de Magalhães Bastos Leite

Conselho Editorial:

Dr. Américo de Araújo Pastor Júnior, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Macaé, Brasil
Dr. Bruno Barzellay Ferreira da Costa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Macaé, Brasil
Dr. Fábio Canabarra Bento, Oslo Metropolitan University (Noruega)
Dr. Giovane Nascimento, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Giuliano Alves Borges e Silva, Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil
Dra. Kátia de Fátima Vilela, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Campus São João Evangelista, Minas Gerais, Brasil
Dra. Laís Rodrigues da Silva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Leonard Barreto Moreira, Universidade Federal Fluminense, Macaé, Brasil
Dr. Paula Alvarez Abreu, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Macaé, Brasil
Dr. Ray O Neil, Dublin City University (DCU-Irlanda)
Dr. Ricardo França Santos, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Macaé, Brasil
Dr. Ricardo Moreira dos Santos, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Macaé, Brasil
Dra. Sandra da Silva Viana Ray O Neil, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Campus Nilópolis, Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Teo Bueno de Abreu, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Macaé, Brasil
Dra. Teresa Mendes, Instituto Politécnico de Portalegre (Portugal)

Diagramação

Helen de Freitas Silva

Periodicidade

Semestral



Os artigos publicados neste número estão em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite o uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que os trabalhos originais sejam corretamente citados.

Revista Femass

Ano 4, n.6 - jul./dez., 2023
Macaé, RJ

eISSN: 26375-6153 | pISSN 2675-6056

1. Publicação Periódica - Faculdade Professor Miguel Ângelo da Silva Santos

CDD 050

Correspondências:

Rua Aloísio Gomes da Silva, 50
Granja dos Cavaleiros
Macaé, Rio de Janeiro
E-mail: revistafemass@macae.rj.gov.br

Apoio:



FeMASS
FACULDADE PROF. MIGUEL ÂNGELO DA SILVA SANTOS

SUMÁRIO

EDITORIAL, 4

ARTIGOS

1. DISTANCIAMENTO ENTRE OS CONTEXTOS NA EDUCAÇÃO EM MACAÉ/RJ NO PERÍODO DE PANDEMIA: ESTUDO DE CASO, 6

Cremilda Barreto Couto

Ipsem Andrade de Amorim

João Guilherme Rodrigues da Costa

2. MONITORIA: UMA POSSIBILIDADE DE CONTRIBUIR DIDATICAMENTE NO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA, 31

Andréa Giglio Bottino

Matheus Silva da Rocha Campos

3. CLASSE, GÊNERO E RAÇA: TROCANDO OLHARES SOBRE A REPRESENTAÇÃO DE TRABALHADORAS NEGRAS EM PRODUÇÕES LITERÁRIAS DE ELISA LUCINDA, CONCEIÇÃO EVARISTO E DEBORAH DORNELLAS, 50

Pedro Dorneles da Silva Filho

Victor Pereira Pinto

RESENHAS

4. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR: UMA RESENHA CRÍTICA DO LIVRO DE CIPRIANO CARLOS LUCKESI, 64

Suelen Adriani Marques

Virginia de Araújo Barroso de Souza

5. PODER ESCREVER HOJE, 68

Érika Menezes de Jesus



Os artigos publicados neste número estão em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite o uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que os trabalhos originais sejam corretamente citados.

EDITORIAL

Em seu sexto número, a *Revista Femass*, em função do seu comprometimento com a pesquisa visa socializar o conhecimento científico produzido de forma democrática.

O artigo que inicia este número intitulado *Distanciamento entre os Contextos na Educação em Macaé/RJ no Período de Pandemia: Estudo de Caso* de Cremilda Barreto Couto, Ipsem Andrade de Amorim e João Guilherme Rodrigues da Costa visou mapear dados da educação em Macaé/RJ no período 2020-2021, a fim de compreender a realidade em sala de aula (*Contexto da Prática*) no período de pós-pandemia. O resultado, aponta para o agravamento da não aprendizagem em leitura, escrita e matemática, no período de pandemia, por meio do ensino remoto, principalmente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Com a promoção da qualidade, pode-se possibilitar a redução de desigualdades, em médio e longo prazos, além de formação continuada, por meio da instrumentalização e aperfeiçoamento do professor, para continuidade do uso de ferramentas tecnológicas na sala de aula.

Em *Monitoria: uma Possibilidade de Contribuir Didaticamente no Desempenho dos Estudantes do Ensino Médio na Disciplina de Matemática*, Andréa Giglio Bottino e Matheus Silva da Rocha Campos analisaram a contribuição efetivada pela monitoria como possibilidade de contribuir didaticamente no desempenho de trinta estudantes do Ensino Médio, na disciplina de Matemática, no Município de Macaé. Os resultados sugerem que a monitoria colabora didaticamente em um melhor desempenho dos estudantes na disciplina, principalmente diante do uso de materiais concretos para a resolução de questões.

Pedro Dorneles da Silva Filho e Victor Pereira Pinto analisaram três figurações femininas negras da literatura brasileira contemporânea, no âmbito da representação das relações de trabalho. Como forma de expressão artística, a literatura desempenha nos materiais investigados um declarado papel crítico e denunciativo das desigualdades étnico-sociais estabelecidas nos corredores da história do Brasil. As jornadas exaustivas de trabalho, as condições que desconsideram a qualidade de vida dos trabalhadores, a mais-valia, a relação histórica entre o sistema escravocrata e as condições de subalternidade, a desvalorização das trabalhadoras negras e as sequelas herdadas da perversa face da colonização são algumas das questões, de muita importância, discutidas pelos autores.

Suelen Adriani Marques e Virginia de Araújo Barroso de Souza, em *Avaliação da Aprendizagem Escolar: uma Resenha Crítica do Livro de Cipriano Carlos Luckesi* promovem um debate de grande relevância sobre a temática da avaliação da aprendizagem escolar corroborando que a função principal da avaliação é subsidiar a ação docente, propiciando a análise crítica tanto do

professor quanto do estudante, favorecendo democraticamente o ensino.

Esta edição é finalizada com a resenha da professora Érica Menezes de Jesus sobre o livro *Escrever hoje: palavra, imagem e tecnologias digitais na educação* de Ana Elisa Ribeiro, obra que promove um convite a muitas reflexões sobre as relações entre linguagens, tecnologias digitais e o trabalho escolar.

Para concluir faz-se um agradecimento especial aos autores, aos revisores, ao Conselho Editorial e também à Faculdade Professor Miguel Ângelo da Silva Santos - FeMASS, assim como toda a equipe gestora e aos demais colaboradores envolvidos pela publicação deste número da Revista Femass, possibilitando ampliar o conhecimento científico, pois é a partir dele que é possível a transformação social e tecnológica.

Boa leitura!

Andréa Giglio Bottino

Revista Femass

eISSN 2675-6153

Número 6 - jul./dez., 2023

DISTANCIAMENTO ENTRE OS CONTEXTOS NA EDUCAÇÃO EM MACAÉ/RJ NO PERÍODO DE PANDEMIA: ESTUDO DE CASO

DISTANCING BETWEEN CONTEXTS IN EDUCATION IN MACAÉ/RJ
DURING THE PANDEMIC PERIOD: CASE STUDY

Cremilda Barreto Couto

Doutora em Educação

Universidade Federal Fluminense

cremildabcouto@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-4734-1390>

Ipsem Andrade de Amorim

Licenciando em Matemática

Faculdade Miguel Ângelo da Silva Santos

ipsem73@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0002-9677-9997>

João Guilherme Rodrigues da Costa

Licenciando em Matemática

Faculdade Miguel Ângelo da Silva Santos

jguilherme.rcosta@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0001-9471-2767>

Recebido: 18/09/2023

Aprovado: 31/10/2023

DOI: <https://dx.doi.org/10.47518/rf.v61.80>



Os artigos publicados neste número estão em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite o uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que os trabalhos originais sejam corretamente citados.

Resumo: A pesquisa teve por objetivo mapear dados da educação em Macaé/RJ no período 2020-2021, a fim de compreender a realidade em sala de aula (Contexto da Prática) no período de pós-pandemia. Para isso, destacaram-se alguns objetivos específicos: conhecer as legislações publicadas no período de pandemia nos âmbitos estadual e municipal (*Contexto da Produção de Textos*); conhecer os números de evasão e reprovação; levantar as dificuldades de aprendizagem dos alunos; compreender a distância entre as orientações legais e a compreensão da escola em relação aos textos legislativos; analisar uma amostra da Prática, em comparação com a Produção de Texto; indicar proposições à gestão pública; indicar caminhos possíveis para diminuição da distância entre a produção das legislações e prática da sala de aula. A pesquisa de campo se deu em 3 escolas da rede municipal de Macaé/RJ. O resultado aponta para o agravamento da não aprendizagem no período de pandemia, por meio do ensino remoto em leitura, escrita e matemática, principalmente nos anos iniciais. Com a promoção da qualidade pode-se possibilitar a redução de desigualdades, em médio e longo prazos, além de formação continuada, por meio da instrumentalização e aperfeiçoamento do professor para continuidade do uso de ferramentas tecnológicas na sala de aula.

Palavras-chave: Educação. Políticas educacionais. Pandemia. Aprendizagem. Ensino Remoto.

Abstract: The present research aimed to map education data in Macaé/RJ in the period 2020-2021, in order, to understand the reality in the classroom (Context of Practice) in the post-pandemic period. To achieve this, some specific objectives were highlighted: to understand the legislation published during the pandemic period at the state and municipal levels (Text Production Context); know the dropout and failure numbers in the municipal education network in 2020 and 2021; raise students' learning difficulties; understand the distance between the legal guidelines given by official bodies and the school's reading and understanding of legislative texts; analyze a sample of the Context of Practice of the Macaé municipal education network, in a comparative analysis with the Context of Text Production; Indicate post-analysis propositions for public management challenges; indicate possible paths to reduce the distance between the production of legislation and classroom practice. The field research took place through a case study in three schools in the municipal education network of Macaé/RJ. As a result, the research developed points to the worsening of non-learning during the pandemic period through remote teaching in the following skills: reading, writing and mathematical knowledge, mainly in Elementary Education. Once some points of weakness and strength have been identified, consistent educational policies can be developed to promote quality, enabling the reduction of inequalities, potentially expected to occur in the medium and long term. In addition to this, another point highlighted is the need for continued training, through the instrumentation and improvement of teachers to continue using technological tools in the classroom.

Key-words: Education. Educational policies. Pandemic. Learning. Remote Teaching.

INTRODUÇÃO

O compromisso com a construção do conhecimento e elaboração do pensamento científico são inerentes à própria existência da universidade, uma vez que trazem elementos favoráveis à leitura crítica, à análise, ao levantamento e tratamento de dados, à luz da teoria e de métodos científicos.

Diante do comprometimento da universidade com o ensino, pesquisa e extensão, pode-se considerá-la como espaço propício para provocar a curiosidade e a criatividade, necessárias ao processo de mudança da sociedade, estando, portanto, atenta às demandas sociais, possíveis de serem conduzidas, por meio do estreitamento da comunidade acadêmica, junto à comunidade local.

Nas últimas décadas, o avanço tecnológico trouxe contribuições inegáveis, por meio do acesso à informação com maior rapidez, favorecendo formas mais consistentes e eficazes de elaboração de políticas públicas de maneira que pessoas e/ou grupos considerados menos favorecidos pudessem ser atendidos de maneira mais eficiente.

A pesquisa apresentada tem como cenário a área estratégica da educação, em consonância com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS 4, a fim de promover uma educação de qualidade, que possibilite a redução de desigualdades, em um panorama educacional brasileiro que, nas últimas décadas, vem apontando índices alarmantes. Porém, faz-se relevante destacar que o contexto educacional traz reflexos de crises vivenciadas pelo Brasil nas áreas econômica, política e social dos últimos anos (Couto, 2019).

As consequências da crise econômica podem ser vistas no desemprego, perda de poder de compra das famílias brasileiras, resultando em um desenho de miséria e exclusão social, que também chegam à escola transvestidas em fracasso e evasão.

Esse quadro de retrocesso sofreu agravamento por conta da pandemia mundial da Covid-19, uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), que afetou todo o mundo, alcançando grandes proporções, no Brasil, atingindo a população de maneira geral, porém acentuando o quadro de pobreza extrema já existente. Ressalta-se que o problema impactou diretamente a criança em idade escolar, já que desde março de 2020 as escolas estavam fechadas, como forma de proteção à comunidade escolar e, de seu entorno, com pequenas aberturas em alguns estados e municípios. O procedimento de distanciamento social provocou uma alteração no *status quo* da escola. Aulas, reuniões, conselhos de classe, eventos escolares, dentre tantas dinâmicas regulares da prática pedagógica passaram a ser *online*.

Diante do cenário exposto, este artigo pretende apresentar o resultado do Projeto de Iniciação Científica e Tecnológica, tendo como objetivo: “Mapear dados da educação em Macaé/RJ no período 2020-2021, a fim de compreender a

realidade da sala de aula (*Contexto da Prática*) no período de pós-pandemia, tendo como referência os textos legislativos (*Contexto da Produção de Textos*), produzidos durante a pandemia.

Para tal, alguns objetivos específicos foram destacados: conhecer as legislações publicadas no período de pandemia nos âmbitos estadual e municipal; conhecer os números de evasão e reprovação da rede municipal de educação nos anos 2020 e 2021; levantar as dificuldades de aprendizagem dos alunos; compreender a distância entre as orientações legais dadas pelos órgãos oficiais e a leitura e compreensão da escola em relação aos textos legislativos; analisar uma amostra do *Contexto da Prática* da rede municipal de ensino de Macaé, em análise comparativa com o *Contexto da Produção de Texto*; indicar proposições pós-análise para os desafios da gestão pública; indicar caminhos possíveis para diminuição da distância entre a produção das legislações e prática da sala de aula.

Buscando conhecer e analisar o aspecto legal durante o período de pandemia (2020-2021), tomaram-se, como base legal, em âmbito estadual, os seguintes documentos: Deliberação CEE n.º 384 de 01/12/2020; Deliberação CEE n.º 376 de 23/03/2020; Deliberação CEE 391 de 01/06/2021 que prorroga até 31/01/2022 as Deliberações 381/2020, 383/2020 e 386/2020; Parecer CEE n.º 036/2020. Em âmbito municipal, os seguintes documentos: Lei Complementar n.º 295/2020; Orientações para Registros da Situação Final dos Alunos no Ano Letivo de 2020 nas Unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Macaé; Instruções Normativas n.º 02/2020/SEMED, de 08 de junho de 2020, n.º 001/2020/SEMED, de 08 de junho de 2020, SEMAEB n.º 01/21 de 30 de março de 2021, SEMAEB n.º 002/2021 de 01 de abril de 2021, SEMAEB n.º 003/2021 de 14 de abril de 2021, SEMAEB n.º 004/2021; Instrução Normativa SEMAEB n.º 01/2021 de março de 2021; Parecer CME n.º 01/2020, de 05 de maio de 2020; Deliberações CME n.º 02 de 2020, de 13 de novembro de 2020, CME n.º 01 de 2021, de 22 de dezembro de 2021.

Considera-se de extrema relevância investigar a temática uma vez que a sociedade brasileira é estruturada de maneira desigual e a escola tem se apresentado da mesma forma. O que antes era falta de estrutura física, agora se agrava na falta de computadores, *internet* e outras ferramentas utilizadas pelas famílias durante o período de pandemia. Tais recursos foram primordiais para o desenvolvimento do diálogo entre gestores, professores, alunos e para manter o mínimo de funcionamento das atividades escolares.

A temática proposta mostra-se urgente, tendo em vista que encontrar estratégias para a gama de problemas que surgiram ou foram acentuados pela pandemia a partir de dados é parte dos desafios dos atuais gestores públicos. Considera-se necessário capturar em âmbito municipal uma amostra do real quadro da educação para que a partir dos dados possa haver a formulação de políticas públicas, que dirimam as possíveis lacunas geradas, além de dispor de um diferencial ao comparar com as legislações levantadas.

Além de levar em consideração estudo sobre a educação realizado em Macaé no ano de 2019, que mostrou oscilação no alcance das metas do Ideb (2005-2017), também questões na matrícula com um declínio de 367 matrículas nos anos finais entre 2012-2017, demarcando a necessidade de sequência e detalhamento da pesquisa (Couto, 2019).

METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa utilizada foi de cunho Qualitativo do tipo Exploratório, por meio de revisão de literatura para aprofundamento do tema, de livros da área e artigos de relevância acadêmica, além de análise documental a partir de legislações estaduais e municipais, publicadas no período da pandemia e que foram levantadas junto ao setor de supervisão da Secretaria Municipal de Educação de Macaé e em sites e portais oficiais.

A pesquisa de campo se deu por meio de um estudo de caso com uma pequena amostra da rede municipal de ensino de Macaé/RJ, realizada em três (3) escolas, com o quantitativo de alunos entre 200 e 500 alunos: a) Anos iniciais do Ensino Fundamental, b) Anos finais do Ensino Fundamental e c) Ensino Médio, sendo identificadas, respectivamente, como CEM A, CEM B e ETM C - Ensino Médio, a fim de preservá-las.

Objetivando conhecer as instituições e buscando aproximações que favorecessem o levantamento e análise dos dados, considerou-se o número de matrículas e de professores. Buscou-se manter um olhar apurado para o acesso à tecnologia no período em questão, tendo em vista o modelo remoto.

Com intuito de ouvir os docentes acerca do encaminhamento no cotidiano escolar dos textos normativos no período de ensino remoto, foi aplicado um questionário estruturado contendo 7 (sete) questões. O foco principal foi compreender, para além dos números de aprovação, reprovação ou mesmo o índice do Ideb, como se deu a aprendizagem dos alunos e alunas no período de pandemia, no formato de aulas remotas. Dado o tempo destinado à pesquisa, consideraram-se as questões relativas à aprendizagem de Português (leitura e escrita) e Matemática (conhecimentos matemáticos). A forma de levantamento dos dados deu à pesquisa o tom quantitativo, por meio da apresentação de gráficos.

O questionário foi gerado pelo *google forms* e distribuído por meio do *WhatsApp* do Centro de Formação Professora Carolina Garcia - CFCG, a fim de que um maior grupo de professores fosse alcançado. Após o retorno dos questionários, na medida em que os dados foram sendo analisados, viu-se a necessidade de conhecer a vivência do gestor no período de pandemia e os elementos referentes à aprendizagem dos alunos.

Para tal, foi realizada entrevista a partir de um roteiro, composto por 10 (dez) questões abertas. Além do uso desse instrumento de pesquisa, objetivando

compreender a leitura das legislações e o encaminhamento dado aos professores, o primeiro contato com o gestor foi feito via *WhatsApp*, seguido de uma visita presencial à unidade escolar. Vale destacar que o envio do roteiro da entrevista foi feito previamente por *WhatsApp* e *e-mail*.

A fim de compreender as Leis emitidas entre os anos de 2020-2021 utilizou-se como base conceitual para a análise o *contexto da produção do texto*, a partir do autor Stephen Ball (2016), dando destaque aos aspectos: calendário escolar; garantia do período letivo; orientação pedagógica e a avaliação.

O presente artigo está organizado a partir da introdução ao tema, seguida da metodologia utilizada para desenvolvimento da pesquisa e os tópicos: Ciclo de políticas na perspectiva de Stephen Ball; Aspectos relativos à avaliação; Avaliação da Aprendizagem; Evasão e Reprovação; Apresentação dos documentos nos âmbitos estadual e municipal; Perfil das escolas; Apresentação e Análise das entrevistas com gestores e por fim, as Considerações Finais.

CICLO DE POLÍTICAS NA PERSPECTIVA DE STEPHEN BALL

Objetivando construir os fundamentos teóricos necessários à pesquisa, optou-se pela concepção de Stephen Ball, a partir da perspectiva de que uma lei não é apenas a redação de um texto, mas resultado de uma variedade de intenções e disputas que influenciam o processo político. Tais perspectivas são relidas quando chegam ao *contexto da prática*, neste caso, pelos professores.

Rejeitando os modelos de política educacional que separam as fases, Ball sugere que o foco da análise incide sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa cujos profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática. Na atuação de políticas, encontra-se o termo “interpretações de interpretações” (Rizvi; Kemmis, 1987 apud Ball; Maguire; Braun, 2016) que é a tradução dos textos (*contexto da produção do texto*) em ações e as abstrações das ideias políticas em práticas contextualizadas. Temática relevante também para Charlot (2004) ao afirmar que “a situação real da educação e das escolas é marcada por fortes contradições, que levam frequentemente à existência de um grande fosso entre o discurso político que sustenta e as práticas efetivas” (In Moll, p.26). Para tal discussão, Ball propõe um ciclo contínuo constituído por cinco contextos: o *contexto de influência*, o *contexto da produção de texto*, o *contexto da prática*, o *contexto dos resultados ou efeitos* e o *contexto de estratégia política*.

Mainardes (2018) faz menção ao livro *Reforming Education and Changing Schools*, publicado em 1992, em que Bowe e Ball apresentaram uma versão mais refinada do ciclo de políticas que separam as fases de formulação e implementação, consideradas como sendo contextos iniciais. Em 1994, o ciclo de políticas acrescenta dois contextos relativos ao original: o contexto do resultado/efeitos e o contexto da estratégia política. Esses contextos não são

etapas lineares, não têm uma dimensão temporal ou sequencial, estão inter-relacionados e cada um envolve embates, apresentando arenas e grupos de interesses.

Para Couto (2019, p. 48-49) tais contextos se dão, portanto, a partir de conflitos, disputas, porém de maneira relacional. Apesar disso, dado o tempo e o objeto de investigação proposto, debruçou-se com maior atenção sobre o *Contexto da Produção de Texto* (leis) e o *Contexto da prática* (a política na sala de aula).

O *Contexto da Produção de Texto* constitui-se pelos textos políticos e textos legislativos que dão forma à política proposta e são as bases iniciais para que as políticas sejam colocadas em prática. Os textos políticos resultam de disputas e acordos, pois os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos competem para controlar as representações da política.

Já o *Contexto da Prática* refere-se aos discursos e às práticas institucionais que emergem do processo de leitura e compreensão das políticas pelos profissionais que atuam no nível da prática. Ali os textos políticos terão uma pluralidade de leituras em razão da pluralidade de leitores, podendo ser considerado um microprocesso político.

Acredita-se que com as informações e dados capturados na pesquisa contribui-se com a gestão pública, já que boa parte dos fatores inerentes ao cotidiano não podem ser resolvidos apenas pela promulgação de leis, mas com tomadas de decisão a partir de dados.

ASPECTOS RELATIVOS À AVALIAÇÃO

A avaliação está presente nas mais diversas situações cotidianas, seja nas relações sociais ou em ambientes profissionais. O diferencial é que no campo A avaliação está presente nas mais diversas situações cotidianas, seja nas relações sociais ou em ambientes profissionais. O diferencial é que no campo educacional há por trás a certificação de um processo de escolarização “[...] A avaliação nasce com os colégios por volta do século XVII e se torna indissociável do ensino de massa que conhecemos desde o século XIX, com a escolaridade obrigatória” (Perrenoud, 1999, p. 9).

Se, em alguns momentos, em determinadas perspectivas político-pedagógicas a avaliação ganha o *status* diagnóstico de instrumento para que se planeje de maneira mais eficaz, promotora de equidade; em outros, exerce função autoritária, demonstrativa de poder. “Quando a avaliação acontece ao longo do processo, com o objetivo de re-orientá-lo, recebe o nome de avaliação formativa e quando ocorre ao final do processo, com a finalidade de apreciar o resultado deste, recebe o nome de somativa” (Fernandes; Freitas, 2007, p. 20).

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

As tentativas de utilização da avaliação numa perspectiva diagnóstica, auxiliando na intervenção pedagógica e a avaliação formativa, que tem papel de regulação da aprendizagem, com um olhar mais atento ao processo, ainda não são tão praticadas. Quando discutidas teoricamente, acabam por esbarrar na própria estrutura educacional, ainda fundamentada em lógicas tradicionais.

Importa, claro, saber como a avaliação formativa ajuda o aluno a aprender, porque mediações ela retroage sobre os processos de aprendizagem. Todavia, no estágio da definição, pouco importam as modalidades: a avaliação formativa define-se por seus efeitos de regulação dos processos de aprendizagem. Dos efeitos buscar-se-á a intervenção que os produz e, antes ainda, as observações e as representações que orientam a intervenção. Perrenoud (1999, p. 104)

O período de pandemia, com o ensino remoto e o distanciamento social necessário à preservação das vidas, deixou resquícios na aprendizagem, em que o uso da avaliação “somativa” foi utilizada para sanar aspectos legais, mas que não necessariamente deram conta de acompanharem se ocorreu a aprendizagem dos alunos.

A observação, interação e intervenção junto ao cotidiano escolar tão necessárias às atividades meio e fim foram dificultadas pelo quadro pandêmico, levantando o questionamento: como fortalecer outras formas avaliativas que deem conta das lacunas na aprendizagem, neste período pós-pandêmico?

EVASÃO E REPROVAÇÃO

Consideraram-se os percentuais de aprovação, reprovação e abandono escolar no Município de Macaé, tendo como recorte os anos de 2020 e 2021, a fim de cruzar os dados obtidos por meio da aplicação dos questionários, junto aos professores e entrevista com os gestores.

QUADRO 1: Taxas de Rendimento (2020-2021)

Taxa de rendimento escolar municipal - Macaé			
	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO
2020	93,40%	0%	6,60%
2021	96,00%	3,80%	0,20%

No que se refere às unidades de ensino participantes da pesquisa capturou-se por meio de levantamento em sites oficiais que a escola dos Anos Iniciais tem no ano de 2020 um percentual de 93,40% de aprovação e 95,30% no ano de 2021. Semelhantemente, a escola de Anos Finais se mantém com um percentual de aprovação de 93,40% no ano de 2020 e 94% no ano de 2021, enquanto a escola de Ensino Médio não dispõe da informação.

Diante dos dados de aprovação, em todas as três escolas, o índice de reprovação se dá de zero a seis por cento entre os anos de 2020 e 2021, com índice de evasão ou abandono em torno dos seis por cento.

Os elevados percentuais de aprovação são objetos de atenção, tendo em vista que houve necessidade de alteração no formato de ensino e, possivelmente, na aprendizagem, denotando a urgência de uma leitura qualitativa dos dados, a fim de compreender elementos que se escondem nas fendas dos dados quantitativos.

APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS: EM ÂMBITO ESTADUAL

O período de pandemia (2020-2021) exigiu dos governos elaboração de legislação, que amparasse as escolas em suas tomadas de decisão. Objetivando compreender a distância entre as orientações legais dadas pelos órgãos oficiais e a leitura e compreensão da escola em relação aos textos legislativos, levantaram-se apenas as publicações estaduais e municipais deliberadas, nesse período, considerando que boa parte delas se deu com base nos encaminhamentos do governo federal. Essas se amparam no compromisso do Poder Público em viabilizar o cumprimento do dever do Estado com a educação.

Destarte a necessidade de cumprimento dos dias letivos e horas destinadas à formação do educando, destacaram-se como elemento de centralidade na análise aspectos relativos ao Calendário Escolar. Assim, a Deliberação CEE nº 376 de 23/03/2020 considerou o artigo 23 da LDB 9394/96, que dispõe em seu art. 23, § 2º que “o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei”.

Ainda, a Deliberação CEE/RJ nº 384 de 01/12/2020 Capítulo I Da Reestruturação de Oferta e Funcionamento Seção I Do Calendário Letivo em seus artigos terceiro e quarto versam sobre a adequação do calendário escolar.

Art. terceiro - Para fins desta deliberação, considera-se calendário letivo para o ano de 2020, excepcionalmente, o período de desenvolvimento e implementação de atividades pedagógicas presenciais e em regime especial domiciliar, nesta deliberação identificadas como atividades remotas.

Art. quarto - O regime especial domiciliar compreende o conjunto de atividades pedagógicas remotas síncronas e/ou assíncronas,

planejadas, desenvolvidas e implementadas por meio de: I. Ferramentas de tecnologia da informação, disponibilizadas em plataformas específicas, sítios eletrônicos especializados, e-mails e/ou aplicativos de comunicação; II. Material didático impresso, disponibilizado pela instituição de ensino aos discentes; III. Atividades diversificadas, com integração.

Para atendimento dos dias e horas destinadas à aprendizagem do aluno atribuíram-se ao ensino remoto possibilidades de cumprimento de tal exigência legal. A Lei Estadual nº 8.991/20 dispõe sobre a garantia de opção por meio do ensino remoto, quando da retomada das aulas presenciais, até que seja oficialmente disponibilizada a vacina ou medicamento eficaz contra a Covid-19. Nesse momento, o aspecto legal buscava amparo na primazia da manutenção da vida humana e a vacinação em massa da população seria a única possibilidade de retorno às atividades normais das unidades escolares.

Assim, objetivando atender às necessidades dos alunos no período pandêmico autorizou-se a substituição das aulas presenciais por meios digitais, por meio da Portaria nº 343/GM/MEC, de 17 de março de 2020, publicada em 18 de março de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durasse a situação de pandemia da Covid -19 e a Portaria nº 345/GM/MEC de 19 de março de 2020, publicada em 19 de março de 2020, que alterou a Portaria nº 343/GM/MEC.

Considera-se, ainda, neste estudo, a Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabeleceu normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e alterou a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

EM ÂMBITO MUNICIPAL

O município estabeleceu normativas com fins de orientação às ações das escolas. Observa-se, nas análises dos documentos, que consideraram-se as necessidades locais, sendo os documentos emitidos pela Secretaria Municipal de Educação, via Conselho Municipal de Educação; Secretaria Municipal Adjunta de Educação Básica; Superintendência de Supervisão Escolar; Gabinete do Prefeito. Todos os documentos que serviram de base para a pesquisa proposta foram descritos na introdução deste artigo, apesar de apenas alguns deles serem destacados na análise abaixo, por serem mais centrais para a discussão.

O município aplica o parágrafo 4º, inciso IV do artigo 32 da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 para a reorganização do calendário escolar da Rede Municipal de Ensino, com a suspensão das aulas em ambiente escolar como adoção de medida para conter a Covid-19, por meio do Parecer CME nº 01/2020 de 05 de maio de 2020. Diante do desconhecimento do vírus e necessidade de preservar o direito do aluno, é com base no artigo 32 da LDB 9394/96 que se fundamentam as ações.

“O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em *situações emergenciais*.” (grifo nosso)

Neste momento, o amparo legal tem como primazia guardar a vida e preservar os direitos. Toma-se como base o Inciso I do artigo 24 da LDB 9394/96 e o previsto no Caput do artigo quinto da Constituição Federal de 1988, em relação à “inviolabilidade do direito à vida”.

No que se refere à garantia de matrícula, mesmo adaptando às necessidades exigidas pelo momento, de acordo com os órgãos responsáveis, a comunidade foi assistida legalmente, conforme Instrução Normativa nº 02/2020/Semed, de 08 de junho de 2020.

As Orientações Pedagógicas encaminhadas pela Semed se dão a partir da Instrução Normativa nº 001/2020/Semed, de 08 de junho de 2020, em consonância com a Deliberação do Conselho Estadual de Educação nº 376 de 23/03/2020. Destacam-se como pontos centrais quanto à elaboração e aplicação de atividades, no período de suspensão das aulas presenciais, livros didáticos e paradidáticos; apostilas e/ou atividades impressas e/ou digitais; plataformas virtuais; site “Educação não para” (para os profissionais da educação, alunos e comunidade escolar); estudos dirigidos; correio eletrônico; redes sociais; videoaulas; áudio chamadas e videochamadas.

Quanto às orientações de registro, acompanhamento e avaliação, a base legal disponibilizada pelos órgãos competentes às Unidades Escolares foi o documento “Orientações para Registros da Situação Final dos Alunos”, no ano letivo de 2020.

PERFIL DAS ESCOLAS PESQUISADAS

Foi realizado estudo em três escolas municipais, objetivando capturar amostras que servissem de base para estudos posteriores.

TABELA 1: Apresentação das escolas

Escola	Segmento	Número de matrículas	Número de professores	IDEB 2019	IDEB 2021
A	Anos Iniciais	232	13	6.3	5,9
B	Anos Finais	298	23	4.6	4,9
C	Ensino Médio	216	18	4.5	• *

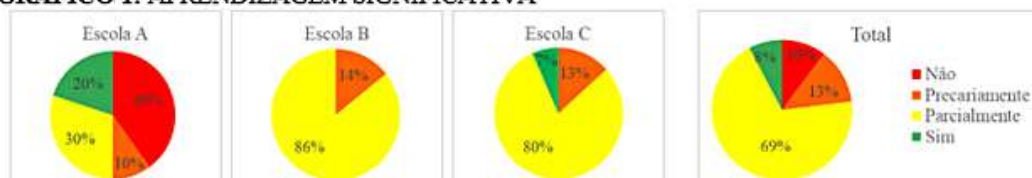
Fonte: elaborada pelos autores

*De acordo com os dados coletados no Inep, a escola C não teve a nota do Ideb 2021 divulgada, tendo em vista que o número de participantes no Saeb foi insuficiente.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS DOS PROFESSORES

O instrumento de pesquisa foi encaminhado para as três (03) unidades de ensino, denominadas como: CEM A - Anos Iniciais; CEM B - Anos Finais; ETM C - Ensino Médio. Os dados levantados são referentes ao período de 2020-2021, conforme gráficos analisados a seguir.

GRÁFICO 1: APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA



Fonte: elaborado pelos autores

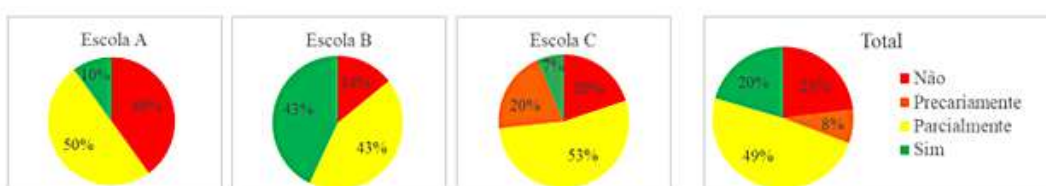
Pode-se perceber que de acordo com os dados coletados nas três (3) unidades escolares existe uma diferença considerável nas respostas dos docentes no que se refere ao êxito da aprendizagem significativa. Destaca-se que a Escola A foi a única que apareceu com as quatro opções marcadas, o que denota as diferenças na aprendizagem observadas no ensino remoto. Entretanto, não se pode deixar de destacar o maior percentual de dificuldades de transmissão do conteúdo, totalizado em 40%.

Diferentemente, a Escola B mostra que o maior percentual se concentra na transmissão parcial e precária. E, por fim, a Escola C também se diferencia apenas com o acréscimo do percentual positivo de aprendizagem de 7%.

Como a transmissão do conteúdo tem aspectos voltados para a escola e conta diretamente com o professor, levanta-se como questões reflexivas: como se deu a abstração do conteúdo nas telas? Quais foram as metodologias utilizadas durante as aulas remotas? Houve formação do professor para o modelo remoto? Para Agra et al (2019, p. 259) “o ato de ensinar e de aprender é mediado por diferentes representações sobre um mesmo conhecimento: A do professor, a do aluno e a do material de ensino”. Assim sendo, são muitos aspectos envolvidos no processo significativo entre “ensinar” e “aprender”, que precisam ser considerados.

A questão da formação pode ser observada no total percentual capturado no gráfico 6. Ainda que tenha auxiliado, o uso das ferramentas tecnológicas não foi suficiente, reforçando os desafios da formação continuada.

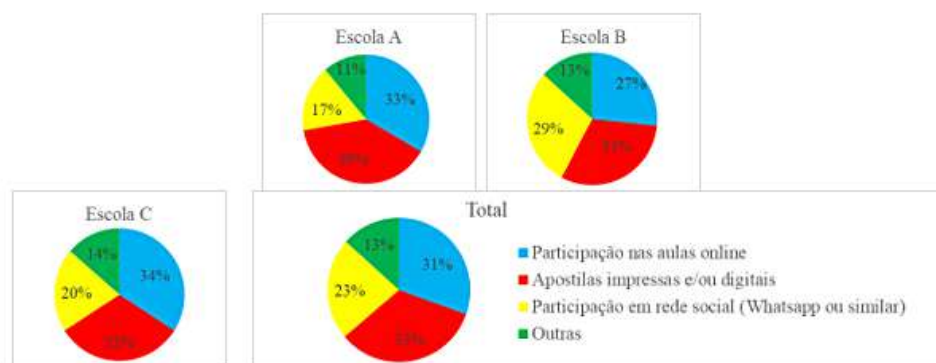
GRÁFICO 2: NECESSIDADES DA SALA DE AULA NO PERÍODO DE PANDEMIA



Fonte: Elaborado pelos autores

Quando perguntado aos docentes se os documentos enviados para a unidade de ensino foram suficientes para auxiliar em sala de aula, pode-se perceber que nas três (03) unidades escolares os maiores percentuais apontam para um “auxílio parcial”. A insuficiência dos documentos é maior na Escola A, com 40%. Vale destacar que diante do atendimento parcial dos encaminhamentos legais para as necessidades observadas na sala de aula, confirma-se o apontado por Mainardes (2006) ao referir-se ao posto por Ball e Bowe (1992), no que se refere à interpretação e recriação da política no *contexto da prática*. Isso pode ser compreendido também pelas diferenças locais, culturais, sociais e necessidades de cada comunidade escolar.

GRÁFICO 3: PROCESSO AVALIATIVO

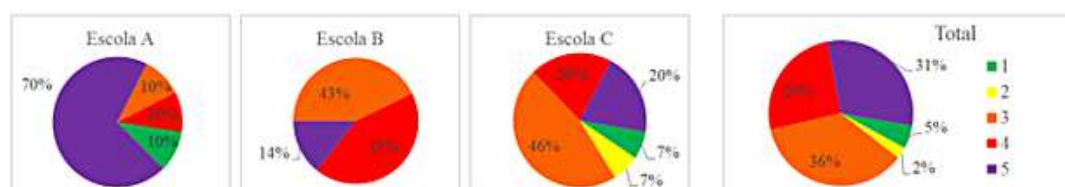


Fonte: elaborado pelos autores

Com relação ao processo de avaliação dos alunos no período de ensino remoto, destaca-se que a Escola A fez o maior uso de apostilas impressas e/ou digitais, com percentual próximo das outras duas escolas. Considera-se o percentual de 29% de participação nas redes sociais da Escola B. Esse é um elemento importante dada a participação de alunos dos Anos Finais, demonstrando uma potencial estratégia de ensino para essa faixa etária, que não deveria ser perdida no período pós-pandemia. Observa-se, ainda, a alternância entre o uso de instrumentos tecnológicos e material impresso, porém com percentual aproximado de avaliação concentrado na participação nas aulas online, em consonância com a Instrução Normativa nº 001/2020/Semed, de 08 de junho de 2020.

GRÁFICO 4: IMPACTO DO ENSINO REMOTO NA APRENDIZAGEM

a) Impactou negativamente a leitura:

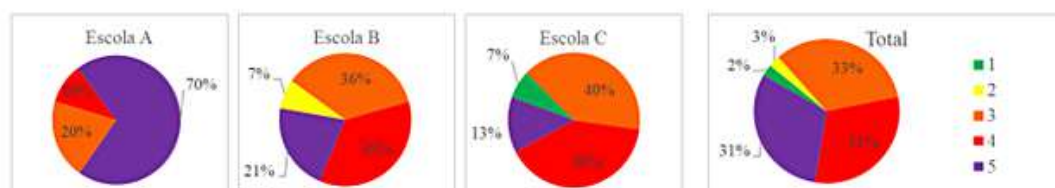


Fonte: Elaborado pelos autores

No que se refere aos resultados sobre o impacto na aprendizagem dos alunos com relação à leitura, todos os professores reconheceram que existe a defasagem. Somando-se a isso, destaca-se ainda que um expressivo número de docentes da escola A, correspondente a 70%, marcaram o grau máximo de importância. Ou seja, essa informação traduz que existe uma considerável amostra de alunos nesta unidade que não avançaram na habilidade de leitura.

Além disso, pode-se fazer uma correlação com os dados expressos no Gráfico 1, em que na mesma unidade de ensino, obtém-se a metade dos docentes afirmando que não conseguiram ou foi precária a transmissão dos conteúdos de forma que estabelecesse significado para os alunos. Uma Aprendizagem Significativa consegue provocar a atenção dos alunos em sala de aula, distanciando-se de uma aprendizagem mecânica e sem sentido. A linguagem como componente da Aprendizagem Significativa se dá de forma dinâmica, como apresenta Ausubel (Agra, 2019).

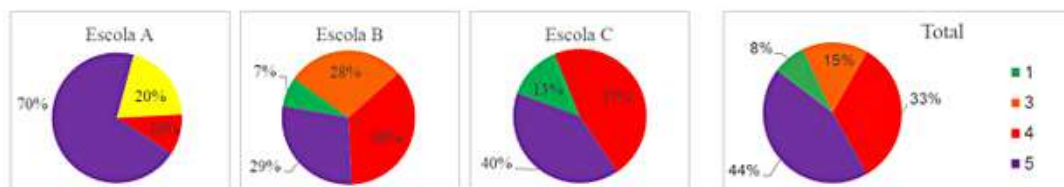
b) Impactou negativamente a escrita:



Fonte: Elaborado pelos autores

Quanto à escrita, pouco se percebe de diferença em relação à leitura. A visão dos docentes quanto à defasagem foi praticamente a mesma, com algumas alterações pontuais não expressivas nas três escolas resultando em uma sensível piora quando reunidos no total.

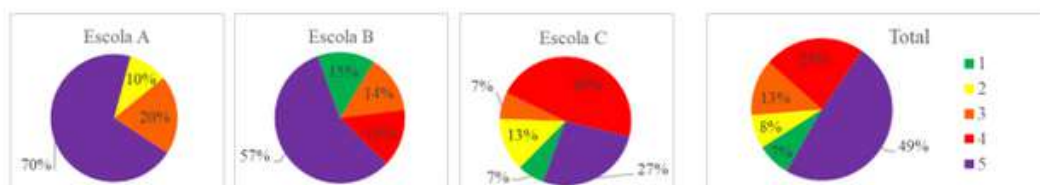
c) Impactou negativamente os conhecimentos matemáticos:



Fonte: Elaborado pelos autores

Os conhecimentos matemáticos mantiveram a mesma linha de impacto negativo que os itens anteriores na percepção dos professores, destacando uma queda significativa nas escolas B e C, principalmente na última com quarenta por cento dos seus alunos classificados com o pior índice de defasagem.

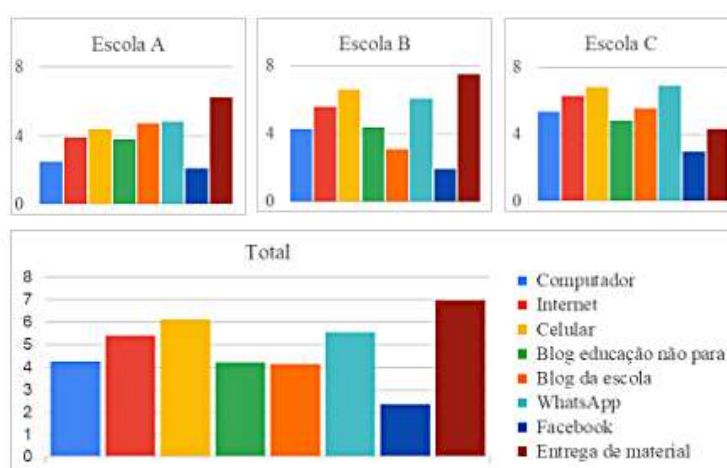
d) Impactou nos relacionamentos interpessoais



Fonte: Elaborado pelos autores

O relacionamento interpessoal foi outro fator impactado negativamente, segundo o conceito da maioria dos docentes. Mais de 50% dos professores das escolas A e B estabeleceram o índice máximo de prejuízo aos alunos. Não obstante, na escola C percebe-se uma sensível diferença, muito em virtude da idade mais avançada dos alunos e pela maior facilidade e acesso aos meios de canais sociais para interação como celulares e computadores. É preciso evidenciar a importância da relação interpessoal no processo de ensino-aprendizagem, esse momento de interação entre o professor-aluno-aluno contribui grandemente para a formação de vida dos estudantes. Para muitos alunos, o ambiente escolar é onde defendem seus ideários, firmando posicionamentos. Para Freire (1996, p. 103): “O clima de respeito que nasce de relações justas, sérias, humildes, generosas, em que a autoridade docente e as liberdades dos alunos se assumem eticamente, autentica o caráter formador do espaço pedagógico”.

GRÁFICO 5: SUPORTE PEDAGÓGICO

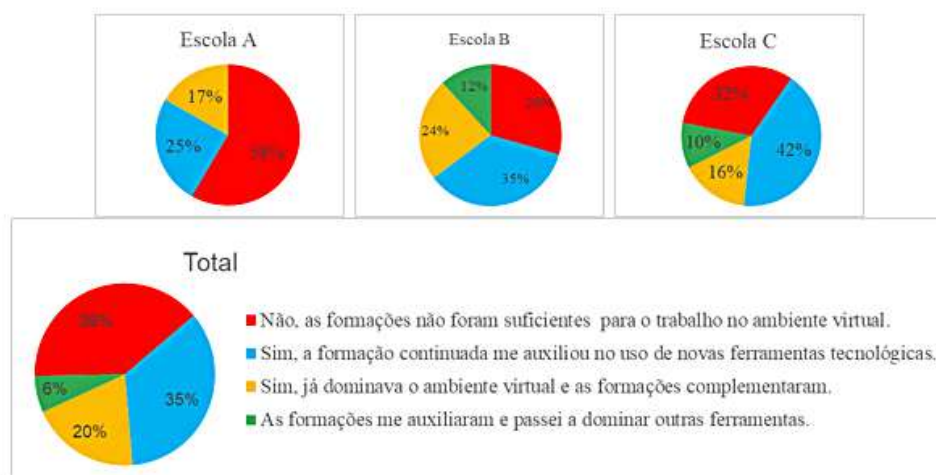


Fonte: Elaborado pelos autores

No questionamento levantado em torno do uso dos recursos pedagógicos no processo de ensino-aprendizagem, destaca-se que houve uma enorme diversidade de suportes didáticos utilizados nas escolas. O uso do material impresso se deu com maior frequência nas escolas A e B, enquanto a escola C destacou-se o uso de tecnologias. O mesmo se percebeu na escola B, mas com um número sensivelmente menor, fato não observado com tanta ênfase na escola A.

A análise mostra que os canais oficiais da Secretaria de Educação e da escola não estiveram nas primeiras opções, levando à reflexão de que um outro tipo de relação pode ter se estabelecido entre alunos-alunos-professores e que pode ser um elemento a ser confrontado à luz do exposto na opção D do gráfico 4.

GRÁFICO 6: FORMAÇÕES



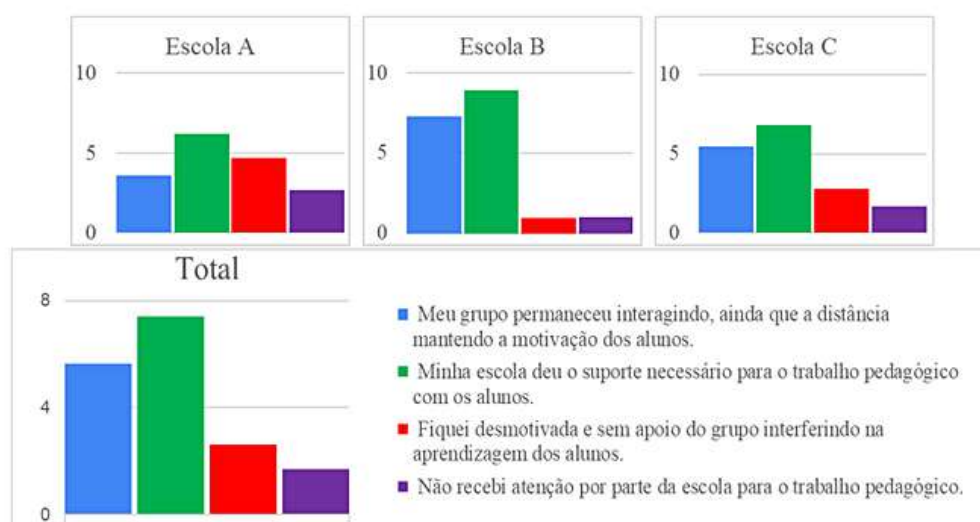
Fonte: Elaborado pelos autores

Nesse item, os docentes deveriam informar o quanto as formações oferecidas durante o período de pandemia lhes foram úteis em sala. Da amostra coletada observou-se que 39% afirmaram que as formações oferecidas não foram suficientes para desenvolver as aulas em ambiente virtual, por outro lado 35% afirmaram que auxiliaram no uso de recursos tecnológicos, 20% dos professores já dominavam o ambiente virtual e as formações integralizaram. Por fim, 6% asseguraram que o processo formativo auxiliou e a partir disso dominaram outras ferramentas. É importante salientar os dados coletados na escola A, onde 58% dos docentes consideraram que as formações oferecidas durante o período de pandemia foram insuficientes para atuação na sala de aula remota, o que se comprova quando são vistos os impactos na aprendizagem evidenciados no gráfico 4. No geral, foi possível avaliar que as formações, apesar de não terem sido suficientes para a execução do trabalho, foram úteis auxiliando e complementando o conhecimento dos professores, com destaque para o uso de novas ferramentas tecnológicas.

Nosso desafio maior é caminhar para um ensino e uma educação de qualidade, que integrem todas as dimensões do ser humano. Para isso, precisamos de pessoas que façam essa integração, em si mesmas, do sensorial, intelectual, emocional, ético e tecnológico, que transitem de forma fácil entre o pessoal e o social, que expressem nas palavras e ações que estão sempre evoluindo, mudando, avançando. (Moran, 2013, p. 29).

Dessa maneira, a necessidade de aprimoramentos no manuseio de novas tecnologias é primordial no processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista que a inclusão desses recursos dentro de sala de aula propiciam uma maneira de ensino mais atrativa e significativa, ou seja, voltada para realidade dos estudantes.

GRÁFICO 7: AMBIENTE ESCOLAR E COLETIVIDADE



Fonte: Elaborado pelos autores

Ao serem questionados sobre a interação com seu grupo de trabalho ou com a instituição escolar em um todo, somente a escola A apresentou um percentual mais elevado de profissionais desmotivados ou desamparados pelos seus pares ou superiores. Em sua grande maioria, os professores se sentiram motivados e receberam suporte da escola, bem como mantiveram a interação uns com os outros, durante o período de pandemia.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM GESTORES

Das entrevistas enviadas aos três gestores, apenas duas retornaram. Após várias tentativas, dado o tempo para realização da pesquisa, optou-se em analisar o material devolvido dos Anos Iniciais e dos Anos Finais do Ensino Fundamental, não tendo, portanto, amostra da gestão do Ensino Médio. Analisaram-se as respostas apresentadas em forma de texto, identificando os dois gestores participantes como: GAIF (Gestor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental); GAFF (Gestor dos Anos Finais do Ensino Fundamental).

Objetivando estabelecer critérios de análise, consideraram-se os seguintes destaques: chegada das orientações na escola; autonomia da escola; trabalho coletivo; dificuldades; estratégias e aprendizagem; exclusão social.

O gestor da escola municipal dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

considerou a chegada das orientações por parte da Secretaria Municipal de Educação como lenta e pouco padronizada. Os encaminhamentos legais estavam mais voltados para o funcionamento ou não da escola, do que para as questões pedagógicas. Há congruência com a visão do gestor dos Anos Finais do Ensino Fundamental quanto a demora na chegada de orientações à escola “*As orientações chegaram muito atrasadas e desencontradas. Não havia clareza quanto ao caminho a seguir*” (GAFF).

No que se refere à autonomia, a escola adotou a sua forma de trabalho com o aluno. A unidade escolar criou um grupo de *WhatsApp* e sala virtual. Posteriormente, a partir da orientação da Semed, com base na Instrução Normativa nº 001/2020/Semed de 08 de junho de 2020, a escola ampliou os canais de comunicação contemplando: “telefone fixo, plataforma virtual, material impresso, livro didático” (GAIF). Os canais utilizados pelos Anos Finais do Ensino Fundamental foram também o *WhatsApp* e o *Facebook*. Além de criação posterior do *Instagram*. Em consonância com os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o gestor conclui que “mesmo com todos os canais disponíveis, um grupo de alunos ainda não havia sido contemplado”.

Na questão relativa à autonomia e ao trabalho coletivo, o gestor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental afirma que as práticas dos professores foram desenhadas coletivamente, por meio de encontros *online*, sem conflitos, no que se refere aos encaminhamentos recebidos, tanto por ele, quanto por parte da Semed para atendimento aos alunos. Ainda, referindo-se à coletividade, afirma-se: “Todas as leis complementares, instruções normativas, deliberações, pareceres e portarias foram discutidas durante os encontros virtuais” (GAIF).

Em consonância, o gestor do Anos Finais do Ensino Fundamental aponta que:

Desde o início da paralisação pandêmica a direção da escola junto à Orientação Pedagógica buscou (sic) alternativas pedagógicas que foram analisadas e construídas junto aos encontros pedagógicos virtuais que eram realizados inicialmente até 03 três vezes por semana. Inicialmente um caminho foi traçado juntos (GAFF).

Entretanto, diferentemente dos professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, os dos Anos Finais manifestaram outros posicionamentos diante do quadro que se desenhava.

No primeiro momento foi de resistência por parte dos educadores, visto que a falta de domínio das ferramentas digitais era enorme o que dificultava o processo. As incertezas quanto à validade das dinâmicas tomadas pela UE também foram levantadas pelo grupo (GAFF).

Diante de tal desafio a opção foi pela coletividade, que mereceu destaque, por parte da gestão, ao referir-se aos professores.

Destacaria a parceria dos professores e equipe pedagógica no avanço e formação aos colegas na utilização das plataformas digitais e participação efetiva dos alunos (aqueles que possuem condições) às aulas virtuais. Aos que não tinham condições de acesso à internet foi de 100% de interação nas apostilas impressas (GAFF).

Na tomada de conhecimento das orientações legais, as dificuldades quanto à transposição para a prática pedagógica deram-se a partir da falta de conhecimento tecnológico por parte da maioria dos professores. Apesar disso, a gestão dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental afirma: “*houve superação por parte da maioria dos professores, aprendendo para atender aos alunos*”.

Para a gestão dos Anos Finais do Ensino Fundamental houve demora no encaminhamento dos documentos legais para a escola. Para o gestor, as orientações chegaram muito após o andamento do processo, visto que logo depois da primeira semana de paralisação a escola já havia traçado os objetivos e metas, bem como o plano de ação, exigindo avaliação dos documentos legais para poder colocá-los em prática. “*Houve tentativa de adaptação, mas no fim a escola precisou repensar, pois tinha que cumprir a lei*”. Segundo o gestor, os documentos foram apresentados aos professores que em sua maioria responderam de forma positiva aos mesmos. (GAFF)

No que se refere às estratégias utilizadas, destaca-se que, diante de uma realidade que exigia o distanciamento social como forma de preservação da vida humana, o uso de ferramentas tecnológicas era visto como a única possibilidade de prestação de atendimento ao aluno. Sendo assim, considera-se que: “*foi necessário receber presencialmente alguns professores e responsáveis na U.E. para ensinar a usar as ferramentas tecnológicas*” (GAIF). Quanto aos alunos “*por sabermos que não possuíam internet, disponibilizamos também materiais impressos*” (GAIF). Mesmo assim, na concepção da gestão, as estratégias utilizadas não foram suficientes para alcançar todos os alunos.

Por ser objeto de investigação, analisaram-se a aprovação e a reprovação deslocadas da aprendizagem dos alunos por compreender as particularidades inerentes ao momento de pandemia e contexto de aulas remotas. Na concepção da gestão “*Quanto aos índices de reprovação não houve muito impacto, pois o mínimo de contato que o aluno tinha já foi suficiente para aprovação, não foi levado em consideração a aprendizagem dos alunos*” (GAIF). Quando perguntado especificamente sobre a aprendizagem no período 2021-2022, contraditoriamente, destacou-se a defasagem de aprendizagem dos alunos em pelo menos dois anos. “*As principais dificuldades apontadas referem-se à leitura, interpretação e conceitos matemáticos*” (GAIF), em consonância ao exposto pelos professores.

Enquanto na unidade de ensino dos Anos Finais do Ensino Fundamental, afirmou-se,

[...] antes do período pandêmico a nossa taxa de reprovação estava em torno de 7%, com o advento da pandemia e a partir das medidas adotadas nas formas previstas nossa taxa de aprovação foi de 100% tendo como referência alguma interação dos alunos (GAFF).

Na perspectiva desse gestor,

De forma propriamente dita não ocorreu evasão e “fracasso escolar”, mas o aprendizado ficará “enfraquecido” por algum tempo para estes alunos. Deste modo, verifica-se que tal quadro influenciou e influencia neste novo normal do “fracasso escolar” (GAFF).

A Instrução Normativa nº 001/2020/Semed, de 08 de junho de 2020 Arts. 1º e 2º, encaminhada às escolas com orientação para elaboração de um Plano de Ação, foi entendida pela unidade escolar dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental “como um relatório das ações realizadas pela escola do que propriamente como um plano de ação”. Nessa perspectiva, considera-se que a compreensão da escola se deu mais como forma avaliativa do que de planejamento pedagógico.

Diferentemente, destaca-se que na escola dos Anos Finais do Ensino Fundamental, “o Plano de Ação foi elaborado em reuniões virtuais por meio da participação dos membros da equipe gestora e corpo docente, em algum momento com a participação dos representantes de turma” [...] (GAFF). Considera-se relevante ressaltar a participação dos representantes de turma como uma prática importante no exercício da cidadania e vivência de decisões coletivas.

Numa contextualização maior, o quadro de miséria e exclusão social não foi diferente do quadro nacional, a gestão dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental aponta que tiveram alunos sem comida em casa, contas em atraso, responsáveis desempregados e famílias que voltaram para as suas cidades de origem, buscando maior apoio.

Sem desconectar a evasão, reprovação e aprendizagem das questões sociais, o gestor dos Anos Finais do Ensino Fundamental destaca que

A questão social tem refletido de forma mais latente no retorno às atividades escolares, muitos alunos buscando formas de trabalho para ajudar a família deixando as atividades escolares para segundo plano. A escola que não tem evasão nos anos anteriores, já apresenta um quadro de FICAIS elevado e de possível evasão. (GAFF)

Quanto aos objetivos pretendidos, nesta pesquisa, concluiu-se que a partir da amostra dos dados coletados sobre a educação em Macaé/RJ no período 2020-2021, relativos à realidade da sala de aula: a) Houve distância entre os encaminhamentos dados pelos documentos sobre os aspectos pedagógicos, de aprendizagem e avaliativos; b) Ampliaram-se lacunas entre os resultados de aprovação obtidos e a aprendizagem real dos alunos; c) Houve comprometimento com a qualidade de ensino, mesmo diante do quadro pandêmico; d) Ocorreu aprendizagem por parte dos professores com relação ao uso de tecnologias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido aponta para o agravamento da não aprendizagem no período da pandemia, por meio do ensino remoto, em leitura, escrita e conhecimentos matemáticos, principalmente no Ensino Fundamental Anos Iniciais. Tal quadro pode acarretar impactos na vida dos indivíduos e, conseqüentemente, na sociedade, como falta de acesso ao capital cultural, obtido por meio da escola; ausência ou dificuldades nas relações interpessoais por conta da pandemia; quebra no pertencimento e formação de identidade de grupo, obtida por meio da função social da escola; sentimento de exclusão dentro da própria sala de aula; desinteresse por parte do aluno, gerando evasão e abandono da escola; alteração no comprometimento com o exercício da cidadania.

Como contribuições, considera-se que a oferta de dados e informações possam auxiliar na tomada de decisão dos dirigentes municipais, elaborando ações que minimizem possíveis prejuízos sociais resultantes da não aprendizagem, tais como redução da possibilidade de exclusão a partir da não entrada no mercado de trabalho ou acesso apenas a trabalhos mal remunerados, respectivo à má formação dos alunos do período de ensino remoto, além do não acesso ao ensino superior, devido às dificuldades de aprendizagem.

Uma vez identificados alguns pontos de fragilidades e de forças, podem-se elaborar políticas educacionais consistentes para promoção da qualidade, possibilitando a redução de desigualdades, previstas potencialmente para acontecerem em médio e longo prazos. Tal aspecto contribuiria com o objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS 4, que aponta a necessidade de promoção de uma educação de qualidade, que possibilite a redução de desigualdades, num panorama educacional brasileiro que já vinha nas últimas décadas apontando índices alarmantes.

Um destaque é a necessidade de formação continuada, por meio da instrumentalização e aperfeiçoamento do professor para continuidade do uso de ferramentas tecnológicas na sala de aula. Juntamente a isso, a elaboração de políticas de investimento em ampliação e modernização de recursos tecnológicos nas unidades escolares. Como ação imediata, exemplifica-se o incentivo de

continuidade na prática de encontros e fóruns virtuais entre agentes da educação e escolas, tornando mais rápida e eficiente a comunicação e troca e fortalecimento dos conhecimentos aprendidos durante o ensino remoto.

A pesquisa também captura a importância da elaboração e/ou aperfeiçoamento das ferramentas de gestão democrática, com fortalecimento da autonomia das escolas e participação dos agentes que estão na sala de aula, na elaboração das políticas, de forma a aproximá-las da realidade das escolas.

Como sequência da pesquisa, aponta-se a ampliação da coleta de dados para mais escolas da rede municipal, a fim de monitorar a aprendizagem nos anos de 2022, 2023 e 2024 subsequentes à pandemia, para além dos dados quantitativos resultantes da amostra.

Nota: O presente trabalho científico teve apoio financeiro do Programa de Apoio à Instituição Municipal de Ensino Superior de Macaé - Macaé Conecta: Centro de Pesquisa e Desenvolvimento realizado pela Secretaria Adjunta de Ensino Superior, no ano de 2022, por meio do Edital nº 04/2022.

REFERÊNCIAS

AGRA, Glenda et al. Análise do conceito de Aprendizagem Significativa à luz da Teoria de Ausubel. **Revista Brasileira de Enfermagem**. 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/reben/a/GDNMjLJgvzSJKtWd9fdDs3t/?lang=pt&format=pdf> Consultado em 02 de nov. 2022.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas:** atuação em escolas secundárias. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2020:** resumo técnico. Brasília, DF: INEP, 2021b.

BRASIL. [Constituição 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 de mai. 2022.

BRASIL. Deliberação CEE nº 376 de 23/03/2020. **Conselho Estadual de Educação - CEE**. Orienta as Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do estado do Rio de Janeiro sobre o desenvolvimento das atividades escolares não presenciais, em caráter de excepcionalidade e temporalidade, enquanto permanecerem as medidas de isolamento previstas pelas autoridades estaduais na prevenção e combate ao Coronavírus – COVID-19.

BRASIL. Deliberação CEE nº 384 de 01/12/2020. **Conselho Estadual de Educação - CEE**. Regulamenta o processo de retomada das atividades presenciais no âmbito do sistema de ensino do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

BRASIL. Deliberação CEE 391 de 01/06/2021. **Conselho Estadual de Educação - CEE**. Prorroga até 31 de janeiro de 2022 os efeitos das Deliberações CEE no 381/2020, 383/2020 e 386/2020, e dá outras providências.

BRASIL. Parecer CEE nº 036/2020. **Conselho Estadual de Educação - CEE**. Responde às consultas oriundas da Deliberação CEE nº 384/2020, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996.

CHARLOT, Bernard. Projeto político e projeto pedagógico. In: Jaqueline Moll e colaboradores. **Ciclos na escola, tempos na vida**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

COUTO, Cremilda Barreto. **Escola em Ciclos: o desafio da heterogeneidade na prática pedagógica**. Curitiba: appris, 2019, 161 p.

COUTO, Cremilda Barreto. Breve Análise da Educação de Macaé no período de 2012-2018: possibilidade pós-crise. In SILVA, Sheila Ribeiro de Abreu e; CARVALHO, Meynardo Rocha de (org). **Macaé do caos ao conhecimento: olhares acadêmicos sobre o cenário de crise econômica**. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, 2019, 576 p.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos de. **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 18 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MACAÉ. **Lei Complementar nº295/2020**. Dispõe sobre Orientações para Registros da Situação Final dos Alunos no Ano Letivo de 2020 nas Unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Macaé.

MACAÉ. **Instrução Normativa nº001/2020/SEMED**, de 08 de junho de 2020. Dispõe sobre os procedimentos da educação Básica quanto à elaboração e aplicação de atividades e ações pedagógicas, no período de suspensão das aulas presenciais.

MACAÉ. **Instruções Normativas nº02/2020/SEMED**, de 08 de junho de 2020. Dispõe sobre os procedimentos da Educação Básica quanto à efetivação de matrícula na Rede Municipal de Ensino, no período de suspensão das aulas presenciais.

MACAÉ. **SEMAEB nº 002/2021** de 01 de abril de 2021. Dispõe sobre os procedimentos/registros documentais a serem adotados acerca de ata especial de resultado final e sobre o cumprimento do plano de complementação da aprendizagem.

MACAÉ. **Instrução Normativa SEMAEB nº 003/2021** de 14 de abril de 2021. Instruí normas e procedimentos para o funcionamento da Rede Municipal de Ensino de Macaé por meio de atividades e ações pedagógicas.

MACAÉ. **Instrução Normativa SEMAEB nº 004/2021**. Dispõe sobre procedimentos/ registros avaliativos a serem adotados, excepcionalmente, no ano de 2021 na Rede Municipal de Ensino de Macaé.

MACAÉ. **Instrução Normativa SEMAEB nº 01/2021** de março de 2021. Dispõe sobre procedimento para a concessão da dedicação exclusiva nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Macaé.

MACAÉ. **Parecer Conselho Municipal de Educação - CME, nº 01/2020**, de 05 de maio de 2020. Autoriza a aplicação do parágrafo 4º, inciso IV do artigo 32 da Lei 9394/96, para reorganização do calendário escolar da Rede Municipal de Ensino de Macaé.

MACAÉ. **Deliberações Conselho Municipal de Educação - CME, nº 02 de 2020**, de 13 de novembro de 2020. Aprova reordenar a programação curricular e estabelecer diretrizes para cumprimento da carga horária do ano letivo de 2020.

MACAÉ. **Deliberação Conselho Municipal de Educação - CME, nº 01 de 2021**, de 22 de dezembro de 2021. Autoriza a reorganização do calendário escolar da Rede Municipal de Ensino de Macaé e dá outras providências.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do Ciclo de Políticas**: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação e Sociedade. Campinas, v. 27, nº 94, p. 01-21, jan./abr. 2006a.

MAINARDES, J. **A abordagem do ciclo de políticas**: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. Jornal de Políticas Educacionais. V. 12, n. 16. Agosto de 2018. Disponível em: [36164 \(ufpr.br\)](https://doi.org/10.11606/issn1982-2423.v12n16p36164), acesso em: 19 de abr. de 2022.

MORAN, José Manuel. et al. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. Ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2013, 29 p.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação Da Excelência à Regulação das Aprendizagens**: Entre Duas Lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999, 183 p.

ANEXO: Questionário

Questão 1) No período de aulas remotas o Sr(a) considera que conseguiu transmitir o conteúdo de maneira que houvesse uma aprendizagem significativa para os alunos?

Questão 2) Considera que as recomendações dadas através das Leis Complementares, Instruções Normativas, Deliberações, Pareceres, Portarias, encaminhadas pela SEMED foram suficientes para as necessidades observadas em sua sala de aula, no período de pandemia?

Questão 3) Como se deu o processo de avaliação dos alunos no período de pandemia?

Questão 4) Como define o impacto do ensino remoto na aprendizagem dos seus alunos no ano de 2022? Numere de 1 a 5 em grau de importância (valor crescente)

Questão 5) Como se deu o uso de suportes pedagógicos no período de pandemia? Numerar por ordem de uso por parte dos alunos. Numerar de, 01 a 08 em grau de importância (valor crescente).

Questão 6) As formações oferecidas durante o período de pandemia foram suficientes para atuação na sala de aula remota? Você poderá marcar mais de uma opção.

Questão 7) Considerando o ambiente escolar como um espaço de coletividade, de laços afetivos, de trocas diárias, que favorecem a aprendizagem, como você identificaria o período de aulas remotas, durante a pandemia? Quantificar de 0 a 10 em grau de importância.

Revista Femass

eISSN 2675-6153

Número 6 - jul./dez., 2023

MONITORIA: UMA POSSIBILIDADE DE CONTRIBUIR DIDATICAMENTE NO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA

MONITORING: A POSSIBILITY TO CONTRIBUTE DIDACTICALLY TO THE
PERFORMANCE OF HIGH SCHOOL STUDENTS IN THE MATHEMATICS
DISCIPLINE

Andréa Giglio Bottino

Doutorado em Psicologia na área de Cognição e Subjetividade

Universidade Federal do Rio de Janeiro

agbottino@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-0995-8787>

Matheus Silva da Rocha Campos

Graduando em Licenciatura em Matemática

Faculdade Professor Miguel Ângelo da Silva Santos

camposrocha3@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0006-0979-606X>

Recebido: 18/09/2023

Aprovado: 31/10/2023

DOI: <https://dx.doi.org/10.47518/rf.v6i1.79>



Os artigos publicados neste número estão em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite o uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que os trabalhos originais sejam corretamente citados.

Resumo: A monitoria exerce um papel importante no ensino superior e pode ser compreendida como um valioso instrumento de formação de recursos humanos de forma qualificada. O presente artigo visa analisar a contribuição efetivada pela monitoria como possibilidade de contribuir didaticamente no desempenho de trinta estudantes do Ensino Médio, na disciplina de Matemática, no Município de Macaé. A pesquisa desenvolvida se classifica como exploratório-descritiva, com uma abordagem quantitativa, buscando entender a contribuição da monitoria como objeto de investigação. O questionário aplicado contemplou treze questões abertas e uma em formato discursivo. Os resultados sugerem que a monitoria colabora didaticamente em um melhor desempenho dos estudantes na disciplina, principalmente diante do uso de materiais concretos para a resolução de questões.

Palavras-chave: Monitoria no Ensino Médio. Ensino de Matemática. Didática.

Abstract: Monitoring plays an important role in higher education and can be understood as a valuable instrument for training human resources in a qualified manner. This article aims to analyze the contribution made by monitoring as a possibility of contributing didactically to the performance of thirty high school students, in the subject of Mathematics, in the Municipality of Macaé. The research developed is classified as exploratory-descriptive, with a quantitative approach, seeking to understand the contribution of monitoring as an object of investigation. The questionnaire applied included thirteen open questions and one in a discursive format. The results suggest that monitoring contributes didactically to better student performance in the subject, mainly due to the use of concrete materials to resolve questions.

Keywords: Supervision in High School. Mathematics Teaching. Didactic.

INTRODUÇÃO

A monitoria no curso superior é um processo científico, cultural e educativo, pois articula o ensino, a pesquisa e a extensão de forma indissociável, além de viabilizar a relação transformadora entre a IES e a sociedade.

Diante dessa perspectiva, a monitoria pode ser entendida como uma possibilidade de apoio teórico e metodológico à realização de um projeto de parceria, caracterizando um canal apropriado de orientação no processo de formação de uma nova mentalidade no corpo discente. Nesse sentido, Assis *et al.* (2006) afirmam que a monitoria age como uma prática valorosa para a formação do discente ao se caracterizar como uma proposta de iniciação à docência. Por fim, a monitoria pode ser entendida como um valioso instrumento de formação de recursos humanos de forma qualificada.

A Didática é um ramo da Pedagogia que tem como objeto de estudo o processo de ensino-aprendizagem, portanto, contempla a matriz curricular de todos os cursos de licenciatura na educação brasileira, pois tem como base os fundamentos da formação pedagógica, buscando explicar e compreender o que se passa diante da situação educacional. Em consonância com essa ideia, é um componente curricular obrigatório no curso de Licenciatura em Matemática da FeMASS, (Faculdade Professor Miguel Ângelo da Silva Santos), que é uma instituição pública de ensino superior fundada em 2000 pela prefeitura de Macaé/RJ. A FeMASS é a única instituição universitária municipal do estado e uma das nove do Brasil. O curso possibilita a construção de competências e habilidades, além de favorecer o conhecimento da realidade profissional de forma inovadora. Esse conhecimento envolve o estudo, a análise, a problematização, a reflexão e a proposição de situações em diferentes ambientes do cotidiano educativo, cabendo ressaltar que a relação entre os saberes teóricos e os das práticas se efetivam durante todo o percurso da sua formação.

Nesse sentido, o estudo da Didática é voltado para a práxis da educação e tem como foco o processo de ensino-aprendizagem, daí a importância de entender o papel do professor nas práticas cotidianas, estando dessa forma, correlacionada com o tema em questão no que tange às oficinas de Educação Matemática. Para tanto, a ementa busca alcançar o objetivo de compreender a Didática enquanto um exercício de ação-reflexão-ação sobre a prática pedagógica, contemplando sua trajetória histórica e a relevância na formação do professor: Didática e ensino: tendências pedagógicas; a função social do ensino e as concepções do processo de aprendizagem; o planejamento e os elementos do processo de ensino; a influência dos tipos de conteúdos (conceituais, procedimentais e atitudinais) na prática educativa; metodologias, procedimentos e técnicas de ensino; a relação pedagógica: professor e aluno; avaliação: objetivos, tipos e funções; os professores e sua identidade profissional.

Ao elaborar uma proposta de monitoria, buscou-se fazer uma problematização com ênfase no ensino da Matemática, remetendo à análise de situações diversas que contemplavam as dificuldades em aprender essa área da pesquisa. Na sociedade contemporânea, ainda, é comum evidenciar determinados preconceitos em relação a essa ciência. Diante disso, observa-se um elevado índice de resultados desfavoráveis com o agravamento de um baixo rendimento dos estudantes em consequência da pandemia do COVID-19 que exigiu medidas não farmacológicas para o seu controle, como a implementação do ensino remoto.

Além disso, o Novo Ensino Médio contempla os itinerários formativos onde os discentes podem se aprofundar nos estudos de uma área do conhecimento (Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e da Formação Técnica e Profissional (FTP). Uma das áreas escolhidas foi a educação financeira em função das dificuldades encontradas pelos estudantes e por ser um dos temas transversais presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A monitoria foi realizada por meio de oficinas de Educação Matemática para os estudantes do Ensino Médio do CAP (Colégio de Aplicação da Prefeitura Municipal de Macaé) com baixo rendimento na área de Matemática, estabelecendo, com mais afinco, uma parceria entre a IES e o chão da escola, sendo esse um dos pilares principais nessa relação. As oficinas foram desenvolvidas no Laboratório de Matemática da FeMASS por meio de duas estratégias específicas: a primeira resolvendo as questões do ENEM que abordavam conteúdos de educação financeira, buscando solucioná-las por meio de duas maneiras diferenciadas; a segunda, buscando resolver questões que envolviam o uso de jogos didáticos diversos que estavam disponíveis no Laboratório de Matemática da FeMASS.

Além disso, o projeto visou ampliar o conhecimento, o pensamento científico, a curiosidade, a inovação, a formação social e cultural dos estudantes. A indicação do tema tornou-se relevante em função do impacto causado na educação, a partir da crise pandêmica provocada pelo novo coronavírus (SARS-COV-2) que trouxe para a sociedade moderna o desafio de lidar com mudanças radicais, principalmente no que tange o ensino remoto, aumentando de forma considerável as dificuldades de aprendizagem em Matemática. E por fim, o projeto buscou apoiar a transformação do conhecimento em soluções inovadoras, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população macaense, bem como a difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

A monitoria pode ser compreendida como uma possibilidade de colaborar didaticamente, na aprendizagem dos discentes na área de Matemática, além de estender o conhecimento, o pensamento científico, a curiosidade, a inovação, a

a formação social e cultural dos estudantes. A monitoria exerce um papel importante, pois

entra como auxílio na aprendizagem do indivíduo e é entendida como instrumento para a melhoria do ensino de graduação. Diante desta realidade, o monitor exerce funções que englobam o auxílio na elaboração do cronograma e planejamento de aulas da disciplina; no preparo e atualização de listas de exercícios e protocolos dos experimentos de aulas de laboratório, testando-os anteriormente à aula; na elaboração e aplicação de provas/exames. Além de soluções de dúvidas, sugestão de bibliografia complementar, orientação de relatórios oriundos de aulas práticas e em listas de exercício, corrigindo-os em sala, no quadro ou oralmente; elaboração de questões para reflexão nos grupos de discussão e estudos dirigidos, enfim, apoio e estímulo aos alunos, que procuram a monitoria. (Assis *et al.*, 2006, p. 09)

Em um estudo realizado por Santos (2018) os monitores relataram que as monitorias ajudam na aprendizagem, mas destacaram que a frequência dos estudantes precisa ocorrer com certa regularidade. Também foi percebido que a monitoria é um instrumento que ajuda no estudo teórico-prático, trazendo benefícios diversos aos discentes, principalmente no aspecto de uma aprendizagem mais significativa. Nessa mesma perspectiva Santos, Lima e Falcão (2019) também desenvolveram um estudo acerca da monitoria no processo de formação de graduandos e perceberam que a monitoria, também, ajudou na aquisição de conhecimento teórico-prático.

Para Candau (1986), todo o processo envolvido na monitoria perpassa pelas dimensões técnica, política e humana da prática pedagógica. A escolha dessa temática é importante devido a grande implicação originada na área educacional, com o surgimento da crise pandêmica causada pelo novo coronavírus (SARS-COV-2) fazendo com que a sociedade contemporânea enfrentasse profundos desafios, sobretudo, no que se refere ao ensino remoto, cujas dificuldades de aprendizagem em Matemática se tornaram cada vez maiores. Nesse sentido, Rocha e Lima (2020) discutem sobre os desafios e os impactos do ensino *on-line*, no ano de 2020, na sociedade brasileira, destacando a necessidade de uma readequação da agenda educacional dada à incidência da pandemia da COVID-19.

Conforme o Relatório da UNESCO, organizado por Delors (1998), a educação precisa estabelecer “pontes”, conexão na comunicação, possibilitando a construção de uma teia de saberes. Também, de acordo com o Fórum Mundial de Educação, que ocorreu na Coreia do Sul, em 2015, definiu a Declaração de Incheon, que constitui o compromisso da comunidade de educação em relação ao ODS 4 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que formam a Agenda 2030),

voltado especificamente para a educação que aborda a importância sobre: “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (fonte: RELATÓRIO DA UNESCO 2030). Esse trecho corrobora a ideia de que a educação precisa ser uma mola no empreendimento de oportunidades de aprendizagem.

Além do aspecto supracitado, atualmente, existe um debate na sociedade brasileira sobre o novo Ensino Médio. Ferretti (2018) discute que a atual reforma do Ensino Médio foi expressa na Lei 13.415 de 16/02/2017 e promoveu alterações radicais na proposta da Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº 9394/96), ou seja, há um questionamento se o conteúdo da política, ao flexibilizar o currículo, o torna reducionista, ou se representa uma forma adequada de contemplar as diferentes “juventudes” e respectivas culturas.

Em 2022, o novo Ensino Médio passa a ser consolidado e trouxe uma modificação do currículo de aprendizagem por áreas de conhecimento, dando possibilidade ao discente de escolher por uma formação técnica e profissionalizante, porém o novo Ensino Médio, ainda, se encontra em debate pelas grandes discussões que surgiram no meio educacional. A nova proposta do Ensino Médio visa à expansão de um projeto de vida e carreira dos jovens e diante disso, as escolas deverão priorizar atividades com o foco na promoção de resolução de problemas, no desenvolvimento de ideias, na cooperação, no pensamento crítico, no entendimento de novas tecnologias, na compreensão e no respeito. Além disso, outra modificação será em relação à metodologia, ou seja, o Novo Ensino Médio terá como prioridade menos aulas expositivas e uma maior possibilidade de propostas contemplando projetos, oficinas, cursos e atividades práticas e significativas, proporcionando a capacidade de aplicar os conhecimentos em diferentes realidades. Contudo, a matriz curricular do novo Ensino Médio, ainda, perpassa por muitas discussões e debates em diversas instâncias, pois a mudança tem como objetivos primordiais garantir a oferta de uma educação de qualidade à todos os jovens brasileiros e, também, de aproximar as unidades escolares à realidade dos discentes de hoje, levando em consideração as atuais demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade.

A presente proposta, também, justifica-se em função da Didática ser uma disciplina dos cursos de licenciatura de Matemática nas diferentes instituições de Ensino Superior, que discutem questões com os futuros professores, abrangendo conceitos de ensino e aprendizagem, planejamento, avaliação, motivação para o estudo, relação professor e aluno, dentre outras questões também relevantes na contemporaneidade. Também estuda as teorias de ensino e aprendizagem aplicadas ao processo educativo e discute os resultados obtidos. Para Masetto (1997), a Didática pode ser concebida como uma reflexão sistemática que acontece na escola. Freire (1996) destaca que o docente tem uma importância

relevante diante do processo de ensino e aprendizagem e que ensinar não pode ser concebido, meramente, como a transferência de conteúdos, e sim, como a criação de possibilidades de apreensão por parte dos educandos. D’Ambrósio (1996) aborda o quanto é relevante estabelecer uma relação entre a teoria e a prática em prol de uma aprendizagem que tenha significado.

Além disso, a sociedade vivencia as consequências da pandemia do COVID-19 que exigiu medidas não farmacológicas para o seu controle, como a implementação do ensino remoto, além de diversas adaptações no sistema educacional, sendo necessário repensar a práxis pedagógica. Para Bento; Bottino; Cerchiareto; Forastieri e Rodrigues (2021, p.2), “os processos de adaptação durante a pandemia envolveram muitos desafios organizacionais. Vários estudos até agora destacaram os desafios educacionais relacionados à pandemia”. A monitoria, também, colabora didaticamente no melhor desempenho dos estudantes na disciplina de Matemática, principalmente diante do uso de materiais concretos para a resolução de questões. Nesse contexto, Oliveira, Brim e Pinheiro (2019) destacam que os conteúdos trabalhados no universo escolar não devem ser distantes do cotidiano dos estudantes e que o jogo é uma maneira de aproximar a Matemática escolar com o dia a dia dos discentes. Outro aspecto com grande relevância diante do uso do jogo no contexto educacional é a promoção da interação social. Para Vygotski (1994) diante da visão sócio-histórica, as interações sociais são ferramentas imprescindíveis que potencializam os processos de desenvolvimento do homem.

Para a realização das oficinas, diferentes jogos foram utilizados contemplando o planejamento e um deles foi o jogo Torre de Hanoi que foi muito satisfatório diante da proposta pedagógica. Segundo Ribeiro (2012), Grando (1995), Fiorentini e Miorim (1990), o planejamento e a escolha dos jogos ou materiais explorados nas aulas de Matemática precisam ser bem escolhidos e planejados para que o jogo possa ser, de fato, uma atividade conectada com a aprendizagem.

METODOLOGIA:

O projeto de monitoria foi realizado no ano de 2022 com trinta discentes do segundo ano do Ensino Médio, do Colégio de Aplicação de Macaé, divididos em dois grupos de quinze estudantes. Após uma reunião prévia com a equipe gestora da unidade escolar para maiores esclarecimentos sobre a proposta, ficou estabelecido que as oficinas fossem realizadas durante os horários vagos dos discentes, para que não houvesse nenhum tipo de prejuízo acadêmico diante da matriz curricular. O público alvo foi convidado a participar não existindo, em nenhum momento, a obrigatoriedade na adesão. A duração de cada oficina, para cada grupo, foi de cinquenta minutos com a periodicidade quinzenal e foi

desenvolvida no espaço do Laboratório de Educação Matemática da FeMASS, situado no mesmo prédio onde funciona o Colégio de Aplicação de Macaé.

O estudo desenvolvido se classifica como uma pesquisa exploratório-descritiva, com uma abordagem quantitativa, buscando entender a contribuição da monitoria no desempenho dos estudantes como objeto de investigação. O questionário aplicado contemplou treze questões abertas e uma em formato discursivo.

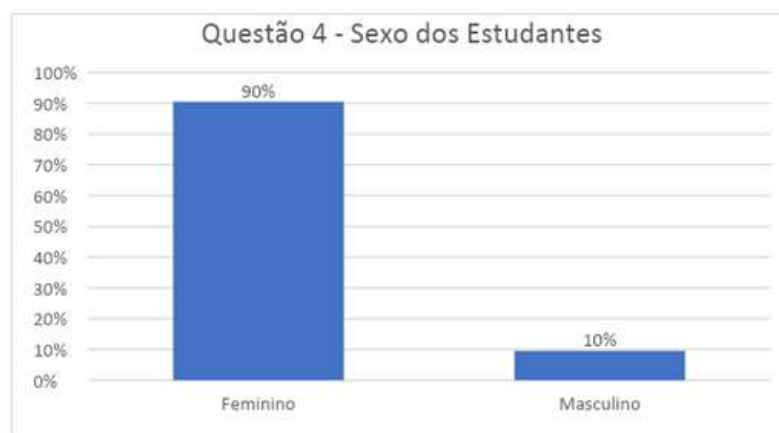
RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O estudo ocorreu durante o segundo semestre do ano letivo de 2022. As oficinas da monitoria envolviam a resolução de questões referentes aos tópicos já definidos e apresentados na metodologia e introdução.

O perfil dos participantes era com baixo rendimento na disciplina de Matemática. As atividades propostas, ao longo deste projeto, visavam a uma desmistificação da Matemática tendo em vista que o que mais faltava aos mesmos era incentivo e uma visão diferente dos conteúdos abordados em sala de aula. Procurando compreender essa problemática e ainda com as defasagens pós-pandemia do COVID-19, foi realizado um trabalho com mais de uma resolução para cada atividade desde o primeiro contato. Os estudantes demonstraram interesse e envolvimento diante da abordagem desenvolvida, pois jogos e outros materiais pedagógicos foram utilizados durante a realização das oficinas como, por exemplo, o uso da Torre de Hanoi que é um jogo com base de três pinos (o número de discos pode ter variação, sendo que o mais simples contempla apenas três), em um dos quais são dispostos alguns discos uns sobre os outros, de forma crescente de diâmetro, de cima para baixo e o desafio consiste em conseguir passar todos os discos de um pino para outro, usando um dos pinos como auxiliar, de forma que um disco maior nunca fique em cima de outro menor em nenhuma situação), sendo manipulada pelos estudantes durante a resolução de uma questão do ENEM que envolvia a imagem da mesma.

Foi elaborado um questionário ao longo das oficinas com treze questões abertas e uma em formato discursivo, visando obter um *feedback* entre os estudantes, com isso foi escolhido apenas algumas respostas que mais seriam necessárias para análise.

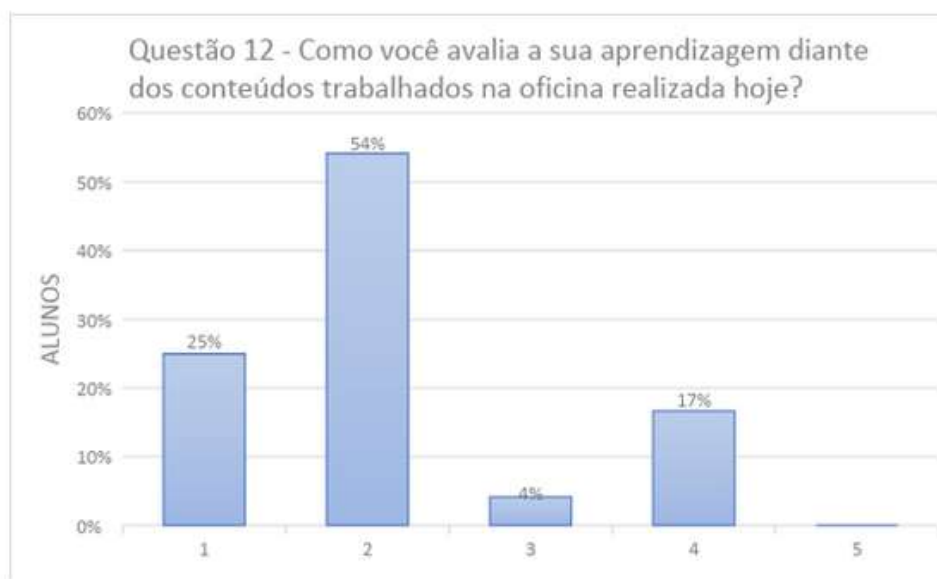
Quadro 1 – Total de alunos



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

O gráfico é referente ao sexo dos alunos presentes, ou seja, foi contemplado por sua maioria 90% do sexo feminino e 10% do sexo masculino.

Quadro 2 – Aprendizagem dos conteúdos trabalhados na oficina



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

A questão foi formulada para maior entendimento do quão foi significativo a metodologia abordada pelo projeto de monitoria e como foi expressivo para os estudantes. Tendo como parâmetro qualitativo, foi obtida por sua maioria “alguma facilidade” contendo 54% dos votos e como minoria “muita dificuldade” com 0% de votos. A partir desses dados fica evidenciada a grande relevância do uso de materiais concretos e jogos diante da resolução de questões, como as do ENEM,

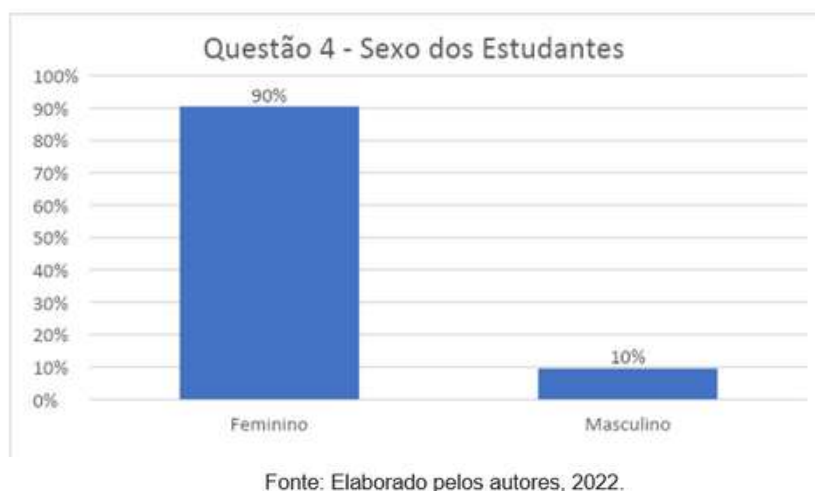
contribuindo de forma satisfatória para a aprendizagem dos diferentes conteúdos.

Quadro 3 – Material concreto (torre de *Hanoi*) para a resolução da questão do ENEM



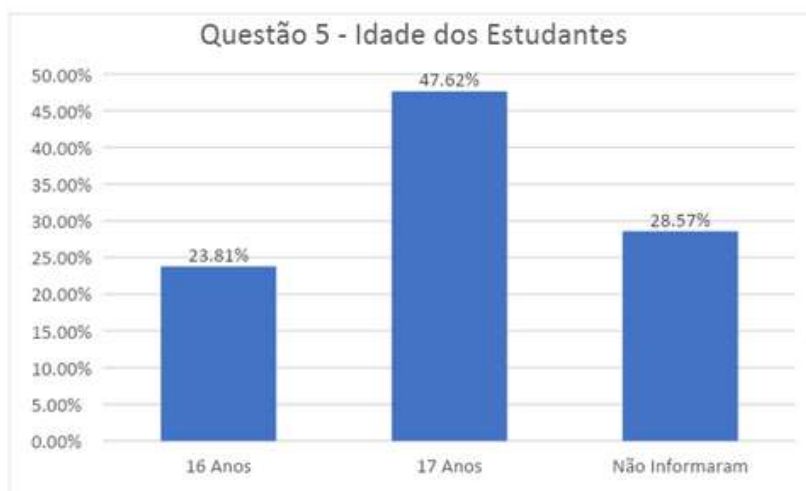
A questão foi elaborada para identificar como os estudantes avaliam o uso do material concreto (torre de Hanoi) para a resolução da questão do ENEM. Tendo como parâmetro qualitativo, por sua maioria, foi constatado “muita facilidade” contendo 43% dos votos e como minoria “muita dificuldade” e “indiferente”, sendo ambos, empatados com 4% de votos. Foi notório, a partir dos dados obtidos, que os discentes reconhecem a importância do uso do material concreto para a resolução da questão ENEM e consideram que o mesmo contribuiu, didaticamente, em um melhor desempenho cognitivo.

Quadro 4 – Total de alunos



O gráfico é referente ao sexo dos alunos presentes, ou seja, foi contemplado por sua maioria 90% do sexo feminino e 10% do sexo masculino.

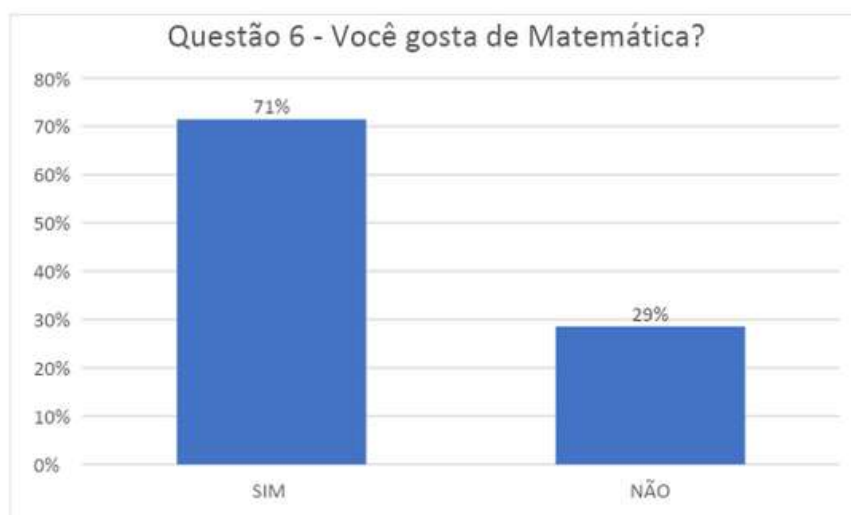
Quadro 5 – Idade dos alunos



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

A amostra foi caracterizada conforme a faixa etária, como mostra a tabela. Verifica-se que a maioria dos alunos tem entre 16 a 17 anos, sendo, respectivamente, 23,81% e 47,62%, e 28,57% não informaram sua idade.

Quadro 6 – Interesse pela disciplina de Matemática



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

A questão formulada teve como objetivo verificar se os estudantes tinham um interesse maior pela Matemática e os dados revelam que a maioria respondeu que “sim” com 71% dos votos e 29% “não”, revelando que apesar de existir dificuldade na disciplina de Matemática, quando a mesma é desenvolvida com o uso de material concreto, existe um interesse maior por parte dos discentes.

Quadro 7 – Desempenho na disciplina de Matemática após o início da monitoria



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

A questão foi elaborada visando provocar uma autoavaliação dos estudantes e os dados revelam que a maioria representada por 61,90% respondeu que avalia o seu desempenho na disciplina de Matemática, depois de ter iniciado a monitoria, como “alguma facilidade”. Fica evidenciado o quão importante foi a realização desse projeto na vida dos estudantes, pois trouxe contribuições significativas em relação ao seu desempenho no cotidiano escolar.

Quadro 8 – Avaliação dos materiais concretos utilizados para a resolução das questões do ENEM

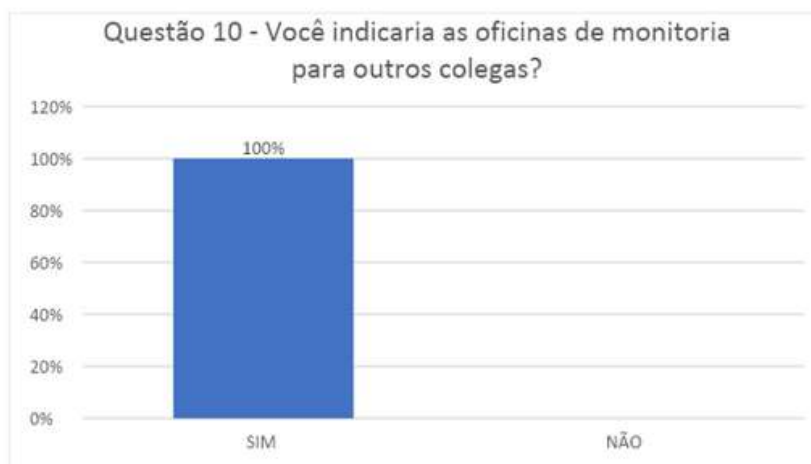


Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

A questão foi formulada com a finalidade de ter um *feedback* dos alunos sobre os materiais sólidos apresentados para resolução de questões do Enem. A maioria dos estudantes (47,62%) respondeu ter “alguma facilidade” e 4,76% dos discentes

destacaram ter muita facilidade. Dessa forma fica evidenciado que é muito relevante o uso de materiais concretos para facilitar a aprendizagem e resolução de problemas diante do estudo, na disciplina de Matemática.

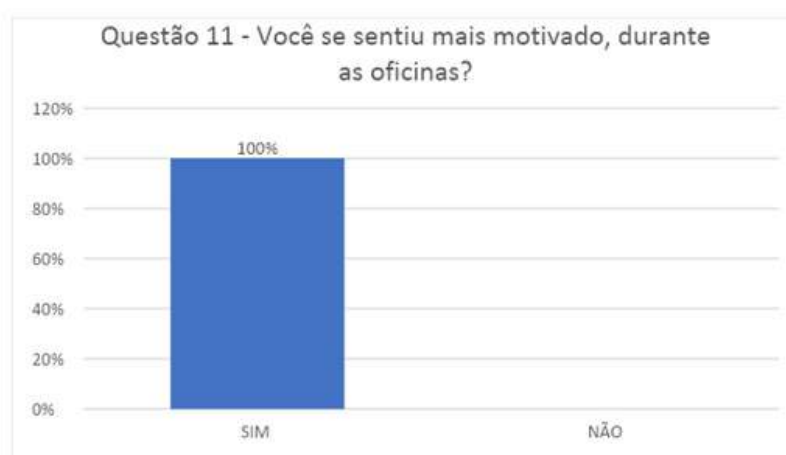
Quadro 9 – Indicação das oficinas de monitoria para outros colegas



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Para saber se haveria indicação da oficina de monitoria para os demais estudantes, a questão foi respondida com 100% de aproveitamento, em que se evidencia a relevância da realização de oficinas de Matemática para outros colegas da instituição escolar. O valor de 100% pode expressar uma ênfase de que a monitoria contribui, de forma satisfatória, para um melhor desempenho dos discentes na disciplina de Matemática.

Quadro 10 – Motivação durante as oficinas

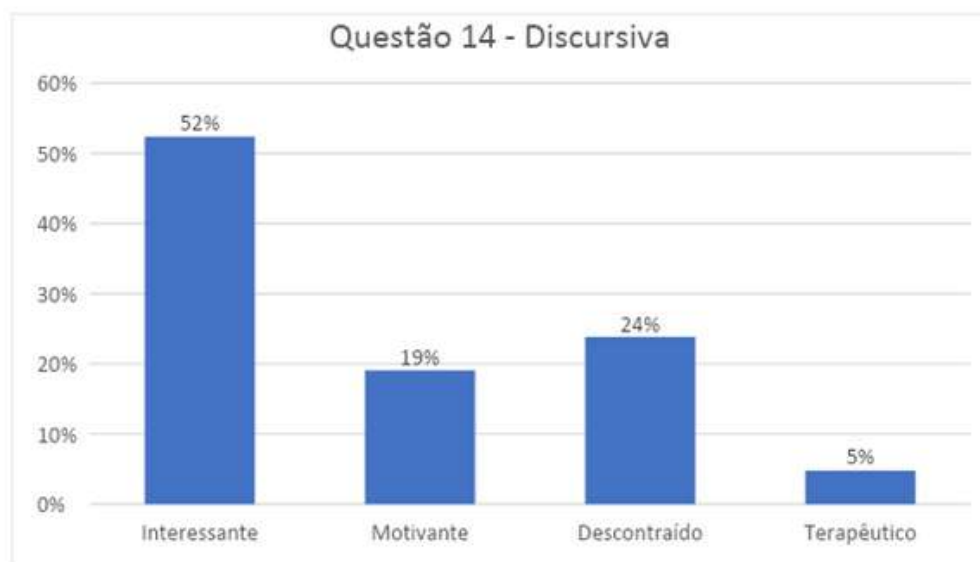


Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

A questão foi apresentada para saber se os discentes se sentiram mais motivados durante as oficinas e os dados revelam que houve 100% de

aproveitamento, sendo respondido por unanimidade. Dessa forma, pode-se inferir que as oficinas de monitoria em Matemática contribuíram didaticamente, principalmente no que tange à motivação dos estudantes.

Quadro 11 – Depoimento sobre as oficinas



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

A questão discursiva solicita o depoimento dos discentes sobre a realização do projeto de Monitoria: “A Didática e Oficinas de Educação Matemática” e foi feita uma análise das diferentes respostas ao término de projeto e um dos estudantes relata:

“A abordagem descontraída e didática foi passada de forma simples, o que proporcionou um entendimento melhor quanto aos assuntos. Apesar de não ter servido diretamente como reforço às disciplinas regulares, serviu muito para motivar e reacender o brilho, o gosto pela matemática e a compreensão de que ela não é tão difícil quanto aparenta. Na verdade, é muito interessante, a questão é a forma como ela é apresentada. Gostaria que esse tipo de oficina fosse regular, que tivesse toda semana e em toda a rede municipal.” (Fonte: arquivos dos autores, 2022)

A partir das reflexões realizadas, pode-se verificar que o projeto alcançou o objetivo que era de analisar a contribuição exercida pela monitoria como possibilidade para contribuir, didaticamente, no desempenho dos estudantes na disciplina de Matemática, considerando uma experiência com trinta discentes do Ensino Médio, no Município de Macaé. Os resultados encontrados também sugerem que a monitoria auxilia na aprendizagem da disciplina de Matemática, de forma muito didática, principalmente tendo disponíveis os diferentes materiais concretos para a resolução de diversas questões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monitoria é uma atividade pedagógica que demanda muita responsabilidade, comprometimento e estudo. Na discussão estabelecida no presente artigo destacam-se as contribuições positivas que fizeram parte das oficinas de Matemática.

Perante a análise dos dados coletados pode-se constatar que o projeto de monitoria foi muito produtivo, possibilitando uma maior relação entre os estudantes e a disciplina de Matemática. Também foi relatado pelos estudantes envolvidos que houve um acolhimento por parte do monitor e da professora orientadora durante toda a realização das propostas, fazendo com que os discentes se sentissem mais à vontade, além de cada um ter a oportunidade de expor suas dúvidas em conteúdos específicos de Matemática.

Boa parte dos participantes demonstrou ter gosto pela Matemática, porém a relação de afeto acabou se perdendo devido à forma corrida que os conteúdos foram apresentados durante o período pandêmico.

No encontro de fechamento das oficinas, os alunos trouxeram em seus semblantes a surpresa de ser o último encontro e muitos estavam tristes, por não poderem dar continuidade ao projeto. Queriam, de qualquer forma, encontrar um meio de continuidade desse trabalho e uma das formas de mostrar que foi significativo foi mencionar que deveria ser uma disciplina eletiva na instituição, por ser uma válvula de escape diante de novas ramificações de conceitos matemáticos.

Admite-se que este projeto possa ser desenvolvido em todas as turmas do Ensino Médio do Colégio de Aplicação de Macaé, pois serviu como uma descarga de ânimo para os estudantes. Foi possível observar que as oficinas fizeram uma grande diferença na forma de pensar dos discentes, cujas trocas foram de grande proveito e deixaram um olhar reflexivo, trazendo mais incentivo para os estudantes, pois perceberam que eram capazes de resolver problemas de forma mais simples, além de trabalhar a lógica.

Os resultados sugerem que a monitoria colabora didaticamente no melhor desempenho dos estudantes na disciplina de Matemática, principalmente diante do uso de materiais concretos para a resolução de questões, possibilitando avanços cognitivos e, conseqüentemente, uma aprendizagem mais significativa em Matemática. Também leva a refletir sobre a importância do uso de estratégias de ensino diferenciadas pelo professor de Matemática para que haja melhor interesse e aprendizado por parte dos estudantes.

Nota:

O presente trabalho científico teve apoio financeiro do Programa de Apoio à Instituição Municipal de Ensino Superior de Macaé - Macaé Conecta: Centro de Pesquisa e Desenvolvimento realizado pela Secretaria Adjunta de Ensino Superior, no ano de 2022, por meio do Edital de nº 04/2022.

REFERÊNCIAS:

ASSIS, F.; BORSATTO, A.Z.; SILVA, P.D.D.; PERES, P.L.; ROCHA, P.R.; LOPES, G.T. Programa de monitoria acadêmica: percepções de monitores e orientadores. **Revista de Enfermagem da UERJ**, v. 14, n. 3, p. 391-397, 2006.

BENTO, F.; BOTTINO, A. Giglio.; CERCHIARETO, F. Pereira; FORASTIERI, J. de Almeida; RODRIGUES, F. Gomes. Resilience in Higher Education: A Complex Perspective to Lecturers' Adaptive Processes in Response to the COVID-19 Pandemic. **Education Sciences**, 11(9), 492, 2021. <https://doi.org/10.3390/educsci11090492>.

BRASIL. [Constituição 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.. Acesso em: 23 abr. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base. Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Educação Financeira**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35987-educacao-financeira>, acesso em 11 mai. 2022.

CANDAU, Vera Maria. A Didática em Questão e a Formação de Educadores-exaltação à negação: a busca da relevância. In: CANDAU, Vera Maria (org). **A Didática em Questão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

D'AMBRÓSIO, Ubiratam. **Educação Matemática: da teoria à prática**. Campinas: Papirus, 1996.

DELORS, Jacques (Org). **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, Brasília: MEC: UNESC, 1998.

FIORENTINI, Dario.; MIORIM, Maria, Ângela. Uma reflexão sobre o uso de materiais concretos e jogos no Ensino da Matemática. **Boletim da SBEM**. SBM: São Paulo, ano 4, n. 7, 1990.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à Prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FERRETTI, João Celso. A Reforma do Ensino Médio e sua Questionável Concepção de Qualidade da Educação. *Ensino de Humanidades. Estud. Av.* 32(93). 2018. <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180028>.

GRANDO, Regina Célia. O Jogo e suas Possibilidades metodológicas no Processo Ensino Aprendizagem da Matemática. Campinas, SP, 1995. 175p. **Dissertação de Mestrado**. Faculdade de Educação, UNICAMP.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Didática: a aula como centro**. São Paulo: FTD, 1997.

MONTESSORI, Maria. **The Montessori Method**. Trad. Anne E. George. Estados Unidos, Layout and Cover Copyright, 2013.

OLIVEIRA, Bianca Aparecida Holm de; BRIM, Juliana de Fátima; & PINHEIRO, Nilcéia Aparecida Maciel. O jogo Torre de Hanói como ferramenta mediadora no ensino de potências: um estudo com os alunos do 6º ano do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, p. 568-583, jan./abr. 2019.

RELATÓRIO DA UNESCO 2030. **Educação de Qualidade no Brasil**. https://r.search.yahoo.com/_ylt=AwrE18qV8ntiQzoAvxfz6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzMEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1652318998/RO=10/RU=https%3a%2f%2fbrasil.un.org%2fpt-br%2f125713-relatorio-da-unesco-reforca-necessidade-inclusao-naeducacao/RK=2/RS=aFRIDfs.t53wvHHPCObLDBuc4o-, acesso em 11 mai. 2022.

RIBEIRO, Flávia Dias. **Jogos e modelagem na educação matemática**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

ROCHA, E. M.; LIMA, J. M. da S.. Impactos e desafios do ensino on-line decorrentes da pandemia COVID-19. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 2, p. 377–390, 2021. DOI: 10.21723/riace.v16i2.14526. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14526>. Acesso em: 10 mai. 2022.

SANTOS, Allan Gomes dos. Monitoria como ferramenta auxiliar para aprendizagem da disciplina matemática: uma implementação no ensino fundamental. **Saberes Docentes em Ação**, Macaói, v. 04, n. 1, 2018.

SANTOS, Evandro José dos; LIMA, Jéssica Alves de; FALCÃO, Rosângela Estevão Alves. **A Importância da Monitoria no Processo de Formação do Aluno-Monitor**: Relato de Experiência. Trabalho apresentado no VI Congresso Nacional de Educação, 2019, [Fortaleza, CE].

VYGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação Social da Mente**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

ANEXO – Itens do Questionário

1.Nome:

2.Telefone (WhatsApp):

3.E-mail:

4.Sexo:

5.Idade:

6.Você gosta de Matemática?

Sim Não

7.Como você avalia o seu desempenho nesta disciplina após o início da monitoria?

Muita facilidade

Alguma facilidade

Indiferente

Pouca dificuldade

Muita dificuldade

8.Como você avalia os materiais concretos utilizados para a resolução das questões do ENEM?

- Muita facilidade
- Alguma facilidade
- Indiferente
- Pouca dificuldade
- Muita dificuldade

9.O que você achou dos horários de atendimento das oficinas de monitoria?

- Adequados
- Razoavelmente adequados
- Inadequados

10.Você indicaria as oficinas de monitoria para outros colegas?

- Sim Não

11.Você se sentiu mais motivado durante as oficinas?

- Sim Não

12.Como você avalia a sua aprendizagem diante dos conteúdos trabalhados na oficina realizada hoje?

13.Como você avalia o material concreto (ex: torre de Hanoi) para a resolução da questão do ENEM?

14.Escreva o seu depoimento sobre o Projeto de Monitoria: A Didática e Oficinas de Educação Matemática.

Revista Femass

eISSN 2675-6153

Número 6 - jul./dez., 2023

CLASSE, GÊNERO E RAÇA: TROCANDO OLHARES SOBRE A REPRESENTAÇÃO
DE TRABALHADORAS NEGRAS EM PRODUÇÕES LITERÁRIAS DE ELISA
LUCINDA, CONCEIÇÃO EVARISTO E DEBORAH DORNELLAS

EXCHANGING VIEWS ON THE REPRESENTATION OF BLACK WORKING WOMEN
IN THE LITERARY PRODUCTIONS OF ELISA LUCINDA, CONCEIÇÃO EVARISTO
AND DEBORAH DORNELLAS

Pedro Dorneles da Silva Filho

Doutorando em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense

E-mail: dorneles.pedro@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-0989-9393>

Victor Pereira Pinto

Graduando em Letras pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

E-mail: letras.victor.pereira@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0005-9507-9050>

Recebido: 14/11/2023

Aprovado: 18/12/2023

DOI: <https://dx.doi.org/10.47518/rf.v6i1.82>



Os artigos publicados neste número estão em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite o uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que os trabalhos originais sejam corretamente citados.

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar três figurações femininas negras da literatura brasileira contemporânea, no âmbito da representação das relações de trabalho. Como forma de expressão artística, a literatura desempenha nos materiais aqui investigados um declarado papel crítico e denunciativo das desigualdades étnico-sociais estabelecidas nos corredores da história do Brasil. No intuito de correlacionar os elementos constitutivos dessas personagens, tomamos como ponto de partida o traço que, em alguma proporção, é comum a elas: a condição de subalternidade que lhes é imposta nas relações de trabalho. Do livro *Vozes guardadas*, de Elisa Lucinda, analisaremos o poema “A velha dor”; do livro *Olhos d’água*, de Conceição Evaristo, analisaremos o conto “Maria” e do romance *Por cima do mar*, de Deborah Dornellas, analisaremos a personagem Tia Maria. Evidentemente, conforme anuncia o título, o olhar aqui desenvolvido parte de uma perspectiva interseccional, em que os três marcadores sociais (classe, gênero e raça) estão profundamente relacionados. Além disso, essa leitura cruzada propõe ofertar uma aproximação entre poesia, conto e romance, três expressões artísticas de modalidades diferentes, mas que, em suas peculiaridades constitutivas, abordam similarmente a temática da subalternidade a que estão relegadas as mulheres negras nas relações de trabalho no Brasil.

Palavras-chave: Mulheres negras; Trabalho; Resistências.

Abstract: This article aims to analyze three black female figurations in contemporary Brazilian literature. As a form of artistic expression, literature acts in the materials investigated here, a related, critical and denouncing role of the ethnic social inequalities affected in the corridors of Brazilian history. In order to correlate the constituent elements of these characters, we took as a starting point the trait that, in some proportion, is common to them: the condition of subalternity that is imposed on them in work relationships. From the book *Vozes Guardadas*, by Elisa Lucinda, we analyzed the poem “A Velha Dor”; from the book *Olhos d’água*, by Conceição Evaristo, we analyzed the short story “Maria” and from the novel *Por Acima do mar*, by Deborah Dornellas, we analyzed the character Tia Maria. Evidently, as the title announces, the view developed here is based on an intersectional perspective, in which the three social markers (class, gender and race) are deeply related. In addition, this cross-reading proposes to offer an approximation between poetry, short story and novel, three artistic expressions of different modalities, but which, in their constitutive peculiarities, similarly address the theme of subalternity to which they are relegated as black women in labor relations in the Brazil.

Keywords: Black women; Work; Resistances.

1 . “A velha dor”: fio de sangue, memória, identificação e recusa - Elisa Lucinda

A poeta, atriz, cantora, intérprete, Elisa Lucinda, tem se dedicado há alguns anos a fazer uso da palavra poética como instrumento de efetiva intervenção sócio-política. No universo criativo e múltiplo da artista, são recorrentes as pautas étnico-raciais, cuja abordagem revela os mecanismos de resistência simbólica e material no combate ao racismo. Afiançada à sensível percepção do cotidiano, Elisa Lucinda em poemas, peças de teatro, entrevistas, contos, aponta as permanências da obra da escravidão, denunciando-a.

Em seu livro *Vozes guardadas* (2016), concentram-se poemas tratando dos mais diversos motes temáticos, organizados em diferentes seções, onde podemos encontrar “Carta negra”, seção composta por vinte e quatro poemas, dentre os quais se localiza o texto “A velha dor”, cuja voz enunciativa relata-nos um incidente de trabalho ocorrido com uma camareira negra, em um hotel na cidade de Ouro Preto-MG.

Episódio-motivo para uma reflexão do sujeito poético, que em uma postura de inquietude, relata sobre o episódio, recusando a repetição de uma história tingida de sangue preto. Para tanto, a poeta remete à condição de subalternidade imposta à trabalhadora, por raízes histórico-sociais, refletindo a manutenção de uma ferida colonial¹.

O sujeito poético repassa o ocorrido com a camareira, a partir da versão de uma hóspede que a tudo viu: o “baque”, o “choque”, o “impacto” do corpo “tombando” no chão de original “pedra” sabão. Os termos escolhidos para refazer a cena revelam a dureza a qual atingira o corpo negro da trabalhadora. Sua queda lhe fez sangrar. E é justamente a partir desse fio de sangue escorrido, carimbado no chão, que se inicia o percurso memorialístico que remonta o processo exploratório e desumano da maquinaria colonial-escravocrata.

Na beira da estrada a memória do tombo,/vestígios da touca e dos
óculos pelo chão./ Vila Rica, Diamantina, tudo jorra do meu peito
alforriado./tudo esclarece minha rima,/Êta riqueza, tanta ambição
por cima,/ nas casas belas, nos palácios das casas-grandes, / Nas
montanhas, nas minas./O sangue de vermelho vivo,/fio escorrido
deixado no piso/ fazendo caminho de uma dor antiga,/ uma coisa
esquisita de se sentir./ Queria que o limpassem./ Implorei, pedi.
(Lucinda, 2016, p.32).

¹A menção da “ferida colonial” faz referência à proposta trazida por Grada Kilomba em *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano* (2019), a pensadora associa “ferida” a “trauma” para pensar nas marcas de subalternização de sujeitos negros; herança perversa da colonização. Criou-se, em várias esferas das relações sociais e da formação subjetiva dos indivíduos, o processo de “outridade”. Nessa relação, os brancos projetam sobre os negros uma imagem de “outro”, que reflete aspectos repressores e condenáveis de si mesmos, forjando uma identidade para o “outro”, fazendo-os acreditar no quão inferior, subalterno e repreensível se é. (Kilombola, 2019, p.38).

A enunciação da voz poética aponta para a materialidade das riquezas conquistadas pelos donos do poder, no período colonial, imponência contrastada pela evocação das marcas da escravidão. O sangue da camareira, nesse sentido, evoca as dores antigas dos antepassados, que trabalharam duramente na lógica colonial para que os senhores donos de tudo pudessem erguer seus patrimônios grandiosos. A recusa de olhar para o fio de sangue da camareira negra, no tempo presente, significa não querer acessar uma memória dolorosa, consiste em não querer naturalizar seu percurso de dor. A marca dos sintagmas adverbiais ratificam a subalternidade da camareira: “entre as fendas da pedra-sabão”, “na beira da estrada”. O fato dessas circunstâncias ocorrerem à margem, revelam uma tentativa de fuga de centralidade temática, por ser uma discussão que atravessa também o sujeito poético.

O tom memorialístico completa-se com o tempo verbal no pretérito. Esse procedimento enquadra as ocorrências dos fatos na sequência dos acontecimentos, bem como nos locativos textuais. Os verbos no pretérito, nesse sentido, demonstram que o discurso efetiva-se depois da ocorrência do que foi relatado, ou seja, o tempo do discurso é a *posteriori*. Ainda assim, intercala-se o uso do passado com o presente do indicativo, a fim de afirmar a incidência da lembrança sobre a voz poética: “Vila Rica, Diamantina, tudo jorra do meu peito alforriado, / tudo esclarece minha rima.” (Lucinda, 2016, p. 32).

Nesse sentido, a voz enunciativa do poema (enquanto instância discursiva de criação artística) confunde-se com a voz da própria poeta: mulher negra, ativista das causas étnico-raciais, que usa a palavra como instrumento de combate à perpetuação do racismo. Refazer a história para as existências negras é justamente não estar na condição de brutal desigualdade, que não somente subalterniza corpos, mas faz-lhes sangrar. A vereda é outra. Como forma de denúncia, o poema articula passado e presente.

Operária da palavra poética, Lucinda recria esteticamente uma cena na qual grassa uma trabalhadora negra, reconhecendo-se nela por meio de marcadores sociais partilhados: gênero, raça e classe. Sílvio de Almeida, em *Racismo estrutural*, ao tratar das questões de classes no Brasil, aponta para a imperativa necessidade de se considerar a questão étnico-racial como fator histórico condicionante de diversas desigualdades ainda persistentes em nossa sociedade.

Logo, o racismo não deve ser tratado como uma questão lateral, que pode ser dissolvida na concepção de classes, até porque uma noção de classe que desconsidera o modo com que esta se expressa enquanto relação social objetiva torna o conceito uma abstração vazia de conteúdo histórico. São indivíduos concretos que compõem as classes, à medida que se constituem concomitantemente como classe e como minoria nas condições estruturais do capitalismo. Assim, classe e raça são elementos socialmente sobredeterminados. (Almeida, 2018, p. 115).

Pensar as desigualdades sociais no Brasil, a diferença de classes, exige que se volte para a história da escravidão, uma vez que os espaços de subalternidade e marginalização são ocupados, majoritariamente, por indivíduos negros. Isso significa dizer que a desigualdade social tem cor. Na corrida para mitigar esses abismos de diferenciação étnico-social, a criação de políticas públicas, uma educação libertária e antirracista, a representatividade em espaços de prestígio social de indivíduos pertencentes a segmentos minorizados precisam se efetivar cada vez, em uma espécie de movimento de refazer a história, lutando por igualdade e dignidade.

Dessa forma, a poesia de Elisa Lucinda coaduna-se com o que aponta Silvio de Almeida, ao refletir sobre as condições de trabalho da camareira, remontando o cenário exploratório da escravidão, em uma conduta de recusa das refrações das colonialidades na cena contemporânea. “(...) chega de sangue preto no chão de Ouro Preto.” (Lucinda, 2016, p.233).

2 . “Faca-laser que corta até a vida”: Exploração, precariedade e violência - Conceição Evaristo

Autora dos romances *Ponciá Vicêncio* (2003) e *Becos da memória* (2006), bem como *Poemas de recordação e outros movimentos* (2008) e *Olhos d’água* (2014), livro de contos, Conceição Evaristo transita por diferentes caminhos de fala: poesia, conto, romance, ensaio e palestras. Doutora em literatura comparada pela Universidade Federal Fluminense, a autora é um dos principais nomes da literatura brasileira contemporânea.

Por meio de sua criação artística, a escritora atua diretamente no combate ao racismo e na denúncia das mazelas deixadas pela obra da escravidão. Sua produção está assentada sobre um aspecto determinante: a escrevivência. No panorama da literatura brasileira produzida recentemente, esse traço tem se transformado em uma categoria epistemológica com a qual outros artistas também se identificam na seara criativa-intervencionista. Nesse sentido, Conceição Evaristo tornou-se, indubitavelmente, uma referência na luta antirracista, denunciando as violências e violações sofridas pela população negra no Brasil.

A nação brasileira foi e ainda é construída por narrativas e experiências simbólicas que muitas vezes tendem a mascarar as perversidades do racismo, escondido sob o manto impuro da “democracia racial”, cuja característica é a representação das relações étnico-raciais de maneira harmoniosa, de modo a obnubilar uma história marcada por episódios fulcrais que favoreceram a forte exclusão social da população negra, dentre os quais podemos destacar quase quatro séculos de escravidão, uma abolição incompleta, tentativa política de branqueamento da população (eugenia), criação pseudocientífica da hierarquia racial, dificuldade para a implementação de políticas públicas que efetivamente possam desenvolver reparação histórica como bem anota Lilia Moritz Schwarcz em *Racismo no Brasil*:

A própria imagem oficial do país buscou privilegiar aspectos culturais da mistura racial e do sincretismo e minimizou a desigualdade do dia a dia, que se revela tanto na esfera privada como na pública. A população preta e parda não só apresenta renda menor, como tem acesso diferenciado à educação, registra mortalidade acentuada, casa-se mais tarde e, majoritariamente, dentro do seu próprio grupo. Com isso tudo, e ainda assim, aposta-se na “democracia racial”. Frágil democracia. (Schwarcz, 2001, p.63).

Essa diferenciação étnico-social, apontada pela historiadora, acaba por ser amplamente denunciada nas letras de Conceição Evaristo. Se há um movimento hegemônico de escamotear as mazelas trazidas pelo sistema escravocrata e suas consequências, a literatura insurge como espécie de contranarrativa² da própria nação. A violência e a denúncia dos marcadores sociais da exclusão são sustentáculo do conto aqui analisado, cuja personagem, trabalhadora negra, depois de um dia exaustivo de trabalho, em condição subalternizada, tem seu corpo sucumbido pela força da brutalidade.

O tempo da narrativa, marcado já no primeiro período do conto “Maria”, de Conceição Evaristo, é curto e denunciativo. Inicia-se com situação corriqueira em um ponto de ônibus e termina pouco depois do embarque da protagonista. O assunto ordinário, narrado em terceira pessoa, contribui para essa curta referência temporal, ao construir em forma literária um conteúdo social e histórico vivenciado cotidianamente em nossa civilização: as condições precárias de trabalho, a desigualdade social e a exploração de corpos marginalizados.

A partir das descrições iniciais, alguns signos nos possibilitam inferir a classe social, a etnia e o gênero da personagem. A falta de transporte, os restos de comida, a gorjeta para comprar remédios são situações que revelam a impotência de Maria diante das circunstâncias da vida. Durante toda a narrativa acompanhamos as recorrentes e progressivas violências que encerram a existência da personagem.

O fato desse estado-limite ser um aspecto prosaico da vida urbana daqueles que estão à deriva denuncia o que há de mais nefasto na exploração da força de trabalho: o esgotamento e a descartabilidade de um corpo. Com efeito, a falta de solenidade do conto não só aponta o aspecto “brutalista”³ da escrita de Conceição Evaristo, como também revela as saídas mais primitivas para obtenção de capital, incluindo o roubo como método de ganho.

² O termo “contranarrativa” aqui posto deriva-se da perspectiva adotada por Homi Bhabha em *O local da cultura* (1998), no qual considera a construção nacional um duplo movimento enunciativo: as chamadas narrativas hegemônicas e narrativas performativas (contranarrativas), sendo a primeira categoria voltada para repositório dos símbolos consagrados como oficiais e a segunda categoria como narrativas denunciativas, que “rasuram” as fronteiras emoldurais do que é imposto como oficial, narrativas estas oriundas de vozes e experiências subalternizados e de cunho denunciativo.

³ O *brutalismo poético* é o traço que incide na produção de Conceição Evaristo, segundo Eduardo Assis Duarte em *Conceição Evaristo: literatura e identidade* de 2021.

Nesse sentido, além de pensar o aspecto condicionante que desvaloriza o trabalhador e o subjaz à periferia do capitalismo, há ainda o caráter sistêmico do racismo estrutural que coopera para a manutenção das relações de poder, ao se justificar na exploração e na dominação ideológica. Sílvia Almeida, ao abordar esses entraves, aponta que:

O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Após anos vendo telenovelas brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo de que mulheres negras têm uma vocação natural para o trabalho doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, meticolosos e racionais em suas ações. E a escola reforça todas essas percepções ao apresentar um mundo em que negros e negras não têm muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-se a comemorar a própria libertação graças à bondade de brancos conscientes. (Almeida, 2018, p. 42).

Ao tecer essa relação dicotômica entre racismo e ideologia, podemos traçar paralelos que segmentam a oposição de classes na narrativa e revelam a visão equivocada, porém, preponderante do senso comum acerca de características inatas dos indivíduos. Esse processo é descrito pelo narrador do conto de forma natural e conformista, como parte da rotina de milhares de trabalhadores igualmente imersos nesta condição:

No dia anterior, no domingo, havia tido festa na casa da patroa. Ela levava para casa os restos. O osso do pernil e as frutas que tinham enfeitado a mesa. Ganhara as frutas e uma gorjeta. O osso, a patroa ia jogar fora. (Evaristo, 2016, p. 39)

A criação desse duplo cenário expõe a coexistência dos extremos da desigualdade social. O lexema “festa”, nesse contexto, equivale semanticamente à fartura, marca reforçada pelo termo “enfeitado” que infere um caráter estético e aprazível da alimentação para além do mero sustento físico. Em contrapartida, os “restos” servirão de sustento para a família de Maria, assim como o osso.

Nesse sentido, por um processo de hiperonímia, o uso desses vocábulos marca as classes sociais representadas: o abastamento está para a família da patroa, bem como os restos estão para a família da empregada, condicionantes do poder aquisitivo, mas também um reforço ao imaginário social.

Na composição, essa representação simbólica retoma as raízes de uma nação imperial que, em certa medida, ainda se corporifica no seio de nossa sociedade. Exemplo clássico, a tela *Um jantar brasileiro* (1827), do pintor francês

Jean-Baptiste Debret, fica marcada pela disparidade étnico-laboral, ao retratar a hierarquia entre senhores e escravos.



Fonte: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:A_Brazilian_family_in_Rio_de_Janeiro_by_Jean-Baptiste_Debret_1839.jpg. Acesso em 11 jan. de 2023, às 14h44min.

Na cena, a mulher branca assentada à mesa, alimenta as crianças negras com alguns manjares e doces, como forma de mimo. Nas palavras do próprio Debret,⁴ as crianças substituem os cachorrinhos, que comumente ficavam ao pé da mesa nas casas europeias. Reificados e desumanizados, a comida dada a eles também não tem um sentido aprazível, mas serve como meio de distração para a senhora, convenciona da como uma figura bondosa. A repetição e atualização do pilar fundante dessa sociedade letárgica não causa nenhum estranhamento contemporaneamente e continua a mercantilizar determinados corpos, vendendo sua força de trabalho, conforme nos aponta Kilomba (2019), ao discorrer sobre a dicotomia entre a glorificação do passado e a consequente perpetuação da ferida colonial.

Sob essa perspectiva, ao enxergar o Outro como um objeto intrusivo, reificá-lo torna-se uma das saídas para a naturalização de violências. No conto, o conformismo de Maria é representado já no primeiro parágrafo: “ganhara as frutas e uma gorjeta” (Evaristo, 2016, p. 39). A necessidade desses ganhos para a subsistência já implica na condição de empregada doméstica, profissão desregulamentada no país por décadas.

⁴ “Era muito importante, principalmente para o estrangeiro que desejasse comprar alguma coisa numa loja, evitar de perturbar o jantar do negociante pois este, à mesa, sempre mandava responder que não tinha o que o cliente queria. Em geral não era costume apresentar-se numa casa brasileira na hora do jantar, mesmo porque não se era recebido durante o jantar dos donos. Muitas razões se opunham: em primeiro lugar o hábito de ficar tranquilamente à vontade sob uma temperatura que leva, naturalmente, ao abandono de toda etiqueta; em seguida a negligência do traje, tolerada durante a refeição; e, finalmente, uma disposição para o sossego que para alguns precede e para todos segue imediatamente o jantar.” (Debret, 1971, p.88).

A remissão ao trabalho ao longo da narrativa é intimamente marcada pelo signo “faca-laser”, que representa não apenas o instrumento de trabalho da empregada em questão, mas a própria causa de sua dor, produzida pelo corte. A construção ambivalente na trajetória do significante não é irrisória e relaciona-se intimamente com a etimologia do substantivo ‘trabalho’ em perspectiva diacrônica: “A palma de uma de suas mãos doía.” “Tinha sofrido um corte, bem no meio, enquanto cortava o pernil para a patroa. Que coisa! Faca-laser corta até a vida!” (Evaristo, 2016, p.39) e ainda:

Era a primeira vez que ela via um assalto no ônibus. Imaginava o terror das pessoas. O comparsa de seu ex-homem passou por ela e não pediu nada. Se fossem outros os assaltantes? Ela teria para dar uma sacola de frutas, um osso de pernil e uma gorjeta de mil cruzeiros. Não tinha relógio algum no braço. Nas mãos nenhum anel ou aliança. Aliás, nas mãos tinha sim! Tinha um profundo corte feito com faca-laser que parecia cortar até a vida. (Evaristo, 2016, p. 40).

(...)

Ela precisava chegar em casa para transmitir o recado. Estavam todos armados com facas-laser que cortam até a vida. Quando o ônibus esvaziou, quando chegou a polícia, o corpo da mulher já estava todo dilacerado, todo pisoteado. (Evaristo, 2016, p. 41).

Nas duas primeiras citações, o corte feito pela faca-laser, que parecia cortar até mesmo a vida, reporta-se, simbolicamente, à força da opressão que marca os corpos subalternizados. A mão, elemento metonímico que também pode ser interpretado como referente ao universo do trabalho, é maculada/ferida, pelo trabalho exaustivo imposto pelos donos do poder.

Na tessitura ficcional, depois de jornada extenuante de trabalho, Maria é acusada por estar conivente com o assalto sofrido no transporte público em que estava. A personagem, então, é agredida verbalmente e fisicamente pelos passageiros revoltosos, em um linchamento ao qual não resistiu, tendo seu corpo “pisoteado e dilacerado”. Ressurge, nessa cena, a figura da faca-laser, agora como metáfora dos operadores da violência, mobilizados pelo ódio a outros dois marcadores sociais da personagem: gênero e raça.

Ao olhar as mãos à procura de algum item de valor, Maria se depara mais uma vez com o corte, dessa vez em uma comparação direta com signos de posses: relógio, anel e aliança. Colocados lado a lado, a equiparação marca a tentativa irresoluta da personagem de obter um equivalente de troca. No entanto, o que é percebido como produto de bem é o próprio corte, metáfora representativa de sua força de trabalho.

Se a faca-laser fere a mão de Maria, representando as marcas da opressão sofrida pela personagem nas relações de trabalho no primeiro momento, ao final do texto, a figuração da faca-laser assume outro valor semântico, como ferramenta de execução do ódio pelo fato de Maria ser uma mulher negra.

Portanto, de um modo e outro, a faca inscreve no texto as violências endereçadas ao corpo de Maria, por ela ter sua constituição social com marcadores de classe, gênero e raça subalternizados em uma realidade histórica traçada pelos fortes vincos do patriarcado, racismo e colonialidade.

Dessa forma, o conto de Conceição Evaristo realiza uma representação denunciativa da realidade brasileira, revelando as perversidades das disparidades sociais. Como se não bastasse o tratamento degradante destinado à personagem em seu local de trabalho, desvela-se a crueldade do racismo, o qual acaba por matar a personagem.

3 . *Por cima do mar e a força ancestral que mobiliza a inscrição do lugar no mundo* - Deborah Dornellas

Por cima do mar (2018), romance de Deborah Dornellas, recebeu o Prêmio Casa de las Américas em 2019 e nos oferece uma viagem de resgate do passado ancestral da protagonista, Lígia Vitalina, afrodescendente, filha de trabalhador da construção de Brasília, pertencente ao grupo conhecido como candangos.

Entre afetos, dores, memória, resistência e toda uma rede de referencialidade negra, a história da personagem tem como espaços uma Brasília periférica, na região da Ceilândia, a Universidade de Brasília, Rio de Janeiro e Angola (Benguela). Se uma palavra tivesse que ser eleita para sintetizar esse romance, essa palavra seria travessia.

Deborah Dornellas opta por construir uma narradora autodiegética que vai remontando episódios de sua trajetória existencial, fazendo uma leitura da construção de sua subjetividade a partir de marcadores étnico-sociais que, imprescindivelmente, forjaram sua formação identitária.

Indubitavelmente, este é um romance movido pela força feminina e no qual podemos perceber que a apresentação do arco existencial da protagonista é partilhado com outras narrativas-mulheres que compõem o grande enredo da obra. Lígia nos expõe (em carne viva) tópicos importantes da condição da mulher negra em uma sociedade patriarcal e racista como a sociedade brasileira e os tensionamentos travados para se efetivar um trajeto diferente daquele previsto para corpos femininos negros: o da exclusão, silenciamento e subalternidade.

Deteremos nossas atenções, contudo, conforme já anunciado, na construção da personagem Tia Maria, uma personagem secundária na obra, mas que é evocada aqui como potência de representação. Apesar da existência de Serafim, pai da protagonista, a casa onde cresceu e foi criada Lígia Vitalina é liderada por mulheres: Elvira (mãe da protagonista) e Tia Maria (irmã de Elvira). Trata-se de uma mulher negra, trabalhadora na casa de pessoas brancas e ricas na região central de Brasília, executando seu papel de empregada doméstica e babá.

Tia Maria figura como sujeito à margem em diferentes planos dentro da narrativa: Reside em uma casa que não é propriamente a sua, trata-se da constituição da família da irmã, em um bairro periférico; trabalha na casa de pessoas ricas e

brancas em uma função subalterna; desempenha papel de afeto próximo da experiência materna, mas não é mãe de Virgínia (criança da família). As descrições feitas sobre as condições de trabalho de Tia Maria revelam de modo explícito sua situação de subalternidade e marginalização:

Passados alguns anos, um dia ouvi Tia Maria dizer à minha mãe, Gina tá virando mocinha, botando corpo. Fez onze anos semana passada. Virgínia tinha mudado de escola, de amigas, de endereço. A família foi morar numa casa grande e nova, no Lago Sul, um bairro chique, mais distante ainda da Ceilândia. Tia Maria continuou trabalhando com eles por mais algum tempo (...) De segunda até sábado depois do almoço. Mesmo já mais velha, a tia ainda dormia no emprego, embora não gostasse. Aos sábados, chegava em casa exausta. Mamãe também dormia algumas vezes no emprego, às sextas-feiras, porque todas as patroas inventavam jantares que sempre acabam tarde. Esses dias eram complicados, porque não tínhamos com quem ficar por algumas horas, quando as duas estavam fora ao mesmo tempo. (Dornellas, 2018, p.43).

O fragmento supracitado mostra as condições de trabalho de Tia Maria e sua irmã, ambas mulheres negras e partilhadoras da mesma situação: vistas como forças de trabalho em que não se consideram humanamente suas questões pessoais, suas preocupações e demandas familiares.

Se a lógica do sistema capitalista imprime a urgência da produtividade aos trabalhadores, relegando a eles um espaço secundário de prioridade, esse fardo é, indiscutivelmente, mais pesado para mulheres negras, como as personagens acima descritas, sendo elas líderes da família, comandando a casa e cuidando de suas crianças, muitas das vezes tendo que abdicar do acompanhamento dos seus para atender caprichos e serviços acrescidos em suas funções já previamente definidas. O que a escola marxista define como a mais-valia.

Em *O capital*, Karl Marx estabelece uma perspectiva fundamental para a luta de classes: a tomada do poder dos meios de produção, pois o sistema capitalista, ao afastar os trabalhadores dos meios de produção, impossibilitou a ciência do quão fundamental é seu trabalho, o que facilita os patrões a lucrarem com o trabalho alheio, realizado de forma excedente e não remunerada. Para tanto, Marx diz que:

Capital, por isso, não é apenas comando sobre trabalho, como dizia A. Smith. É essencialmente comando sobre trabalho não pago. (...) O segredo da auto expansão ou valorização do capital se reduz ao seu poder de dispor de uma quantidade determinada de trabalho alheio não pago. (Marx, 1967, p. 617)

Nesse sentido, o acúmulo de capital por parte dos patrões e a manutenção da desigualdade social repousam pesadamente sobre trabalho-extra não remunerado que subtrai a realização pessoal dos indivíduos em vários componentes importantes de sua subjetividade, muitas vezes anulada pela dedicação exclusiva e exaustiva de sua força de trabalho altamente explorada.

Com isso, podemos notar que a personagem aqui analisada, além de pertencer a locais sociais à margem, tem sua mão de obra desvalorizada, sendo relegada a um destino de descartabilidade quando não mais produtiva para a família.

Deborah Dornellas, portanto, ao ficcionalizar uma rede de figurações negras em suas trajetórias existenciais, revela outros marcadores sociais de exclusão, isto é, não envereda somente pela via do problema das relações étnico-raciais, mas também acaba por tocar na questão das condições subalternizantes de trabalho.

4. Autoria feminina - atando os nós

A escolha do *corpus* literário para essa análise voltou-se para a preocupação não somente das representações das figurações femininas negras, no que concerne ao tema das relações de trabalho, mas sobretudo, pela escolha de três autoras que, na agenda do contemporâneo, tratam dessa temática. Conforme anota Djamilia Ribeiro (2020), não significa dizer que são as únicas vozes autorizadas a ficcionalizar, no labor estético, a pauta das trabalhadoras negras; entretanto, são vozes que, em alguma medida, partilham seus modos de ser, estar e sentir o mundo com suas criações e criaturas ficcionais.

Maria é o nome da personagem criada por Conceição Evaristo, que passa tempo a mais no serviço, comprometendo sua vivência com seus filhos, sua experiência de maternidade e sua qualidade de vida, bem como ocorre com Tia Maria e Elvira do romance de Deborah Dornellas.

Além dessa semelhança, há um ponto crucial que parece unir as duas figuras: o espaço em que desenvolvem suas atividades de trabalho: a casa de família. No conto, Maria recebe vestígios, restos, como compensação pela doação de seu labor para aquela família, bem como a empregada e babá do universo romanesco de *Por cima do mar*, que recebe passeios, “mimos” e pequenas compensações por figurar peça importante para o funcionamento do espaço domiciliar, sendo considerada “quase um membro da família”.

A camareira do poema de Elisa Lucinda, por seu turno, conecta-se às duas outras personagens por desenvolver o mesmo papel subalternizado, o das tarefas domiciliares. Pesa-lhe, todavia, o fato de trabalhar em um hotel, espaço de trânsitos, onde se faz morada provisória, local da não criação de vínculos mais profundos, marcado pela efemeridade. Assim é a condição social que possui a trabalhadora: fingindo não ter se abalado com a queda brusca para não estar vulnerável a ser descartada do mercado de trabalho.

Seja no universo romanesco, na ligeireza da dicção do conto, seja na construção poética, as representações desses indivíduos, dotados de marcadores

sociais excluídos/à margem, em um contexto histórico como o nosso (patriarcal e racista), deflagram as permanências de uma dura história colonial. Porém, indo adiante da mera representação, há um movimento de recusa e rebate a essas marcações de exclusão. Essa recusa pode ser notada, por exemplo, por meio da brutalidade com a qual Conceição Evaristo constrói o enredo de seu conto, em linguagem direta, crua, revoltante.

O sujeito poético em Elisa Lucinda expressa nitidamente a insatisfação diante dos continuísmos coloniais, implorando que limpassem aquele fio de sangue preto, o qual propulsiona a memória de uma dor antiga herdada da submissão imposta pelos donos do poder.

Para tanto, essas três figurações femininas, nessa leitura aqui proposta de aproximação, são corpos-sequelas da obra deixada pelos séculos de escravidão em nosso país, bem como configuram-se como frutos da desigualdade social promovida pelo modelo econômico vigente: o sistema capitalista.

As escritoras, atuantes em seu estatuto artístico-político, portanto compromissadas em promover a aliança entre estética e ética, trazem para a cena da literatura contemporânea a denúncia e a crítica às disparidades, no intuito de deflagrá-las. Apontando, assim, para a urgência de combatê-las.

Nesse sentido, estão compromissadas ao movimento apontado por Beatriz Resende em *Possibilidades da nova escrita literária no Brasil* (2014): “Reitera-se (...) a tendência forte de a arte contemporânea se constituir em uma proposta de relação intensa entre a política, a ética e a estética.” (Resende, 2014, p.23).

Considerações finais

Vale ressaltar de antemão que não se pretendeu aqui esgotar as diversas possibilidades de leitura que esses três objetos literários possuem, tampouco tratar de modo aprofundado todas as frentes de debate sobre as relações étnicas que aparecem nesses textos. O exercício de leitura proposto aqui está precisamente direcionado à questão do trabalho para essas personagens. Consideramos algumas contribuições teóricas fundamentais para o desenvolvimento de nosso gesto de interpretação, dentre os quais destacaram-se as ideias de *O capital*, de Karl Marx; *Racismo estrutural*, de Silvio de Almeida; *Racismo no Brasil*, de Lilia Moritz Schwarcz e *Lugar de fala*, da Djamilia Ribeiro.

As jornadas exaustivas de trabalho, as condições que desconsideram a qualidade de vida dos trabalhadores, a mais-valia, a relação histórica entre o sistema escravocrata e as condições de subalternidade, a desvalorização das trabalhadoras negras e as sequelas herdadas da perversa face da colonização são as chaves de leitura das quais lançamos mão para acessar nosso *corpus* literário.

Nesse gesto de leitura, procuramos contemplar a perspectiva comparativista entre diferentes gêneros textuais, mas que, de modo muito aproximado,

executam denúncia e crítica aos desmandos da disparidade étnico-social e de gênero em nosso país.

Referências

- ALMEIDA, Silvio de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2018.
- BHABHA, Homi. **O local da Cultura**. (Trad. Myriam Ávila, Eliana Reis e Gláucia Gonçalves). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil - 1816-1831**. São Paulo: Melhoramentos, 1971.
- DORNELLAS, Deborah. **Por cima do mar**. São Paulo: Patuá, 2018.
- EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação - Episódios do racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LUCINDA, Elisa. **Vozes guardadas**. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- MARX, Karl. **O Capital** - Livro 1, vol. 2. São Paulo: Zahar, 1967.
- RESENDE, Beatriz; FINAZZI-AGRÓ, Ettore (orgs.). **Possibilidades da nova escrita literária no Brasil**. Rio de Janeiro: Renavan, 2014.
- RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

Revista Femass

eISSN 2675-6153

Número 6 - jul./dez., 2023

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR: UMA RESENHA CRÍTICA DO LIVRO DE CIPRIANO CARLOS LUCKESI

ASSESSMENT OF SCHOOL LEARNING: A CRITICAL REVIEW OF THE BOOK
BY CIPRIANO CARLOS LUCKESI

Suelen Adriani Marques

Neurocientista, Doutora pelo Programa em Ciências Morfológicas (PCM) da
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Docente do Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão

Professora Associada do Instituto de Biologia da Universidade Federal Fluminense

E-mail: suelen_marques@id.uff.br

 <https://orcid.org/0000-0002-7104-2473>

Virginia de Araújo Barroso de Souza

Mestranda do Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI) da
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Professora Orientadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Macaé – RJ

E-mail: v_a_souza@id.uff.br

 <https://orcid.org/0009-0006-0908-330>

Recebido: 14/11/2023

Aprovado: 18/12/2023

DOI: <https://dx.doi.org/10.47518/uf.f.v6i1.84>



Os artigos publicados neste número estão em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite o uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que os trabalhos originais sejam corretamente citados.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2018, 272.

O livro “*Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*” de Cipriano Carlos Luckesi é um clássico da formação de professores. Composto por 272 páginas, teve sua primeira edição publicada pela Editora Cortez em 1995, e atualmente está na 22ª edição (2018). Reúne estudos críticos científicos do autor sobre a avaliação da aprendizagem escolar, além de proposições e encaminhamentos dele, com relação às melhores estratégias avaliativas, representando a síntese dos estudos ao longo de sua carreira. O livro está dividido por partes que se complementam entre si, sendo possível fazer a leitura integral ou estudar partes afins ou capítulos individualmente. Seus capítulos abordam as seguintes partes: “1 - Convite à aprendizagem da avaliação”, “2 - Do trânsito necessário dos exames escolares para a avaliação da aprendizagem”, “3 - Avaliação da aprendizagem e democratização do ensino”, “4 - Planejar, executar e avaliar – condições do sucesso na aprendizagem escolar”, “5 - Da necessidade do investimento eficiente na prática educativa” e “6 - Cuidado com os instrumentos de coleta de dados para a avaliação”.

Cipriano Carlos Luckesi nasceu em Charqueadas, São Paulo. É licenciado em Filosofia e Bacharel em Teologia. Mestre em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Doutor em Educação: Filosofia e História da Educação, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Desde 2002, é professor aposentado da Faculdade de Filosofia da UFBA, onde atuou no Programa de Pós-graduação em Educação (Faculdade de Educação da UFBA), no período de 1985 a 2010.

O livro inicia com um convite aos professores para aprenderem a avaliar seus alunos. O autor contextualiza historicamente a avaliação no Brasil como sendo um fenômeno novo, surgido na década de 1970, e diferente do processo de “exame do aluno”, uma prática existente nas escolas por mais de 500 anos. Conceitualmente, o uso dos dois instrumentos têm funções adversas para a educação. O ato de “examinar” se caracteriza por classificar o aluno em aprovado ou reprovado. Enquanto a “avaliação da aprendizagem” tem característica diagnóstica e inclusiva, pois importa que o aluno aprenda. Portanto, aprender a avaliar é praticar a avaliação cotidianamente, observando quais instrumentos irão possibilitar o adequado levantamento de dados sobre o que os alunos sabem, permitindo usar os resultados para validar ou modificar as estratégias de ensino. A avaliação não tem um fim em si mesma, mas é um meio para ensinar melhor.

Na segunda parte do livro, Luckesi faz uma dura crítica à Pedagogia do Exame: sistema organizado para culminar em uma prova final quantitativa, com consequências psicológicas, pedagógicas e sociopolíticas que marcam o aluno por toda a vida. A Pedagogia do exame cria personalidades submissas, quando o professor usa a avaliação como arma para manter o domínio da classe e o comportamento dócil e disciplinado dos alunos. Do ponto de vista social, a Pedagogia do exame garante a seletividade e perpetua a desigualdade. Nessa perspectiva, o erro é visto como castigo, derrota, culpa e incapacidade. A partir do

erro, envolve-se uma compreensão culposa da vida, em que o indivíduo é castigado por errar, o que faz com que o aluno tenha medo de se expor ao processo de aprendizado. Para Luckesi, o erro deve ser usado como uma ferramenta de diagnóstico, pois investigar qual e como foi o erro, que o aluno cometeu, permite reorientar o processo da sua aprendizagem. Essa avaliação diagnóstica não tem caráter punitivo, mas representa a base da análise, observação, entendimento, aprofundamento e aprendizagem. A avaliação, aqui, é um ato amoroso, pois o professor acolhe a realidade do jeito que ela é e, a partir dessa realidade, planeja formas de superar as dificuldades, com vistas à real aprendizagem.

Luckesi convida os professores a fugirem da característica classificatória de verificação do rendimento escolar do aluno existente nos exames e propõe a prática de coletar, analisar e sistematizar as aprendizagens como um todo: aspecto cognitivo, afetivo e psicomotor, atribuindo-lhes uma qualidade que poderá ser revisão dos conteúdos, caso a verificação das aprendizagens se mostre insatisfatória, ou a continuidade das aprendizagens para assuntos subsequentes, caso a aprendizagem seja satisfatória. Desta forma, o objetivo da avaliação não é aferir se o aluno será aprovado ou reprovado, mas sim, direcionar suas aprendizagens como um todo. Isso não quer dizer que os alunos que não sabem devam progredir em seus estudos, mas que eles precisam ser redirecionados para alcançar os conteúdos e habilidades mínimas previstas a serem adquiridas dentro do currículo. Porém o autor enfatiza que o fato de definir conteúdos mínimos não quer dizer que as aprendizagens não possam ir além do mínimo estabelecido, pois importa que o educando esteja interessado, aprenda e se desenvolva. O planejamento deve ser elaborado de forma intencional, sendo um conjunto de ações articuladas que concorre para um determinado resultado para atingir os objetivos da aprendizagem.

O livro aborda a democratização do ensino na parte três, fazendo uma crítica à avaliação classificatória, por seu caráter excludente que vai contra o papel principal da escola como instituição transformadora da sociedade. O autor conclui que a prática classificatória é antidemocrática, pois não encaminha a tomada de decisão pelo aluno. Propõe a avaliação diagnóstica para que sirva à democratização do ensino como instrumento auxiliar de aprendizagem.

Luckesi vê a avaliação como instrumento de democratização social quando está efetivamente comprometida com a aprendizagem do educando, abolindo práticas excludentes e classificatórias que só aumentam a segregação social. A avaliação precisa ser a favor da democratização do ensino, começando pelo acesso e continuando por meio da permanência bem sucedida, sem exigir do aluno conteúdos desconectados de sua capacidade ou realidade.

O convite para aprender a avaliar feito pelo autor no início do livro, parte do princípio de que avaliar não é rotular, julgar, quantificar ou enfatizar aspectos negativos. Uma vez que a aprendizagem é um processo, a avaliação é parte integrante da caminhada em busca dessa aprendizagem.

Para Luckesi a avaliação é um juízo de valor qualitativo. A partir deste juízo, levantam-se dados relevantes para se tomar uma decisão: rever o conteúdo ou passar para um outro.

A aprendizagem é um ato de ousadia, no sentido que envolve coragem, pois o aluno não pode ter medo de errar. A função principal da avaliação é subsidiar a ação docente, propiciando a análise crítica tanto do professor quanto do aluno, favorecendo democraticamente o ensino. E você? É um professor a favor da reprodução social ou da transformação da sociedade?

REFERÊNCIAS:

ESCAVADOR, Biografia do autor Cipriano Carlos Luckesi. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/4373052/cipriano-carlos-luckesi>, consultada em: 20 nov. 2023

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

Revista Femass

eISSN 2675-6153

Número 6 - jul./dez., 2023

PODER ESCREVER HOJE

BE ABLE TO WRITE TODAY

Érika Menezes de Jesus

Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Docente do Instituto Federal Fluminense (IFF)

E-mail: erika.jesus@iff.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-3791-4856>

Recebido: 14/11/2023

Aprovado: 18/12/2023

DOI: <https://dx.doi.org/10.47518/rf.v6i1.83>



Os artigos publicados neste número estão em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite o uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que os trabalhos originais sejam corretamente citados.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Escrever, hoje:** palavra, imagem e tecnologias digitais na educação. São Paulo: Parábola, 2018.

Longe de ser um livro encerrado em si mesmo, *Escrever, hoje* (2018) se apresenta como um convite a muitas reflexões sobre as relações entre linguagens, tecnologias digitais e o trabalho escolar em/para/com esses temas. É uma forma de entrar prudentemente na temática efervescente. Não porque prometa grandes respostas, mas sim por tratar o tema com os pés fincados no chão das condições reais da educação brasileira, permitindo avaliações dos contextos e indícios para mudanças.

Uma obra que reúne, em nove capítulos, textos escritos pela autora em diferentes momentos para diversos propósitos, geralmente ligados a eventos acadêmicos e, por isso, revela seu percurso de estudo e reflexões. O livro é escrito em linguagem bastante informal, clara, em tom de conversa, “desejando a sensação de proximidade com o leitor” (Ribeiro, 2018, p. 82), sem perder, contudo, a densidade temática e os conceitos trazidos ao longo dos textos. O primeiro capítulo é destinado ao prefácio que é assinado por Carla Coscarellie.

Sobre as tecnologias, não temos no livro um olhar romântico nem salvacionista: Ribeiro reflete e se posiciona criticamente sobre o que diferentes teóricos abordam em suas obras, sem perder de vista os impactos e as diferentes formas que os sujeitos lidam com o tema no cotidiano educativo, demonstrando também diferentes práticas de trabalho desenvolvidas em seu fazer profissional. Ressalta, contudo, que a discussão em torno do tema não reside mais em “*se vamos usar*, mas sim em questões sobre *como* e *quais* ferramentas ou linguagens empregar, para tais ou quais objetivos e funções” (Ribeiro, 2018, p. 79 – grifos da autora).

Outro aspecto que salta aos olhos é a constante interlocução com outros trabalhos na área. Para isso, resultados de pesquisas desenvolvidas por diferentes pesquisadores desde o final dos anos 1990 são citados. A esse respeito, inclusive, apresenta, no decorrer dos capítulos, uma ampla revisão de literatura, apontando diversos trabalhos e autores que escrevem sobre o tema em interlocução com os autores considerados renomados de diversas áreas como a história da leitura, a semiótica, a linguística, o letramento e a cibercultura.

Por se tratar de uma coletânea de textos da autora, cada capítulo apresenta uma estrutura fechada de construção textual, mesmo que haja muitos pontos de interlocução entre eles e, por vezes, conceitos e pressupostos se repitam no decorrer do livro.

No primeiro capítulo escrito pela autora – capítulo 2 –, são apresentados os conceitos gerais fundamentais para iniciar a discussão: cultura escrita, cultura impressa e cibercultura. A autora filia-se àqueles que concebem a cultura impressa e a digital como participantes da cultura escrita, negando uma oposição ou uma sobreposição da segunda sobre a primeira. Mostra as tensões e conflitos da convivência dessas duas culturas – a impressa e a digital – em nossa sociedade atual, trazendo três exemplos: a discussão dos profissionais de bibliotecas da cidade de Belo Horizonte a respeito da implantação de telecentros no espaço físico das bibliotecas; a publicação de um livro impresso sobre o uso de

ferramentas digitais por professores em salas de aula; e compara as tensões, adequações e conflitos a um estudo sobre estilos musicais de Ruth Finnegan (1998).

Ribeiro parte do pressuposto de que cabe aos espaços formais de educação a formação de sujeitos que saibam ler e escrever de forma “cada vez mais aprofundadas, mas também sofisticadas e funcionais” (Ribeiro, 2018, p.37), e defende, em seu terceiro capítulo, a necessidade de se conhecer os processos de produção e edição dos diferentes materiais escritos, com especial destaque para os textos jornalísticos, compostos por imagens e palavras. Traz o conceito de letramento, relacionando-o à noção de edição, com a finalidade de adensar sua defesa na formação de sujeitos leitores, escritos e editores mais atentos aos efeitos da edição, conseqüentemente mais críticos e menos manipuláveis.

Tomando o conceito de letramento como uma prática social ligada às demandas de participação na cultura escrita e seus decorrentes “estilhaçamentos”(Ribeiro, 2018, p.41), na quarta parte se desenvolve a necessidade da leitura de imagens no cenário social atual. Para isso, o conceito de signo pierciano dentro da semiótica é desenvolvido e é narrada uma pesquisa sobre leitura de signos das interfaces de dois programas do pacote Office, realizada pela autora com estudantes do ensino médio. Nesse texto também, a autora problematiza a noção de nativos digitais, retomando sua origem e fazendo uma crítica explícita ao uso do termo e a generalização que ele apresenta.

O capítulo cinco é destinado à reflexão sobre diferentes conceitos ligados à linguagem, como palavra, a relação entre palavra e imagem, o texto, o livro. Ribeiro tece reflexões acerca do processo criativo dos homens a partir da pesquisa sobre o processo criativo de dois ilustradores, do processo de escrita/criação de pesquisas acadêmicas, do processo de se criar pelas palavras/imagens/textos/livros e finaliza a reflexão afirmando ser o processo criativo o elemento central do trabalho educativo.

Concebendo o professor como, em certa medida, um editor e partindo do pressuposto de que as tecnologias servem para auxiliar o ser humano em distintas tarefas, no capítulo seis há a abordagem sobre os usos das tecnologias no fazer pedagógico enfocando o conceito de multimodalidade. Sem supervalorizar os usos das tecnologias, a autora explicita que não é qualquer uso que se faz das tecnologias que pode trazer melhorias para os processos de ensino nas aulas, tampouco com o mero acesso, mas sim com um uso planejado no sentido de “produzir modos de disponibilizar a expressão, em suas modalidades de produção e circulação, a todos aqueles que querem, precisam e/ou podem fazê-lo” (Ribeiro, 2018, p.78).

Em seu sétimo capítulo, Ribeiro (2018) apresenta a justificativa para a escolha do título do livro. A partir de suas experiências como professora de Língua Portuguesa em turmas de último ano do Ensino Médio, retoma o debate sobre a produção de textos nesse nível de ensino, problematizando a redação do ENEM em contraste com as diferentes textualidades requeridas pelos ambientes sociais de que fazem parte os estudantes. Desenvolve os conceitos de “poder semiótico” em Gunther Kress e a cultura escrita como instrumento de poder na sociedade atual, chegando, ao final do capítulo, a demarcar resumidamente o que concebe

como “escrever hoje”.

No último texto, antes da conclusão, discorre-se uma importante reflexão sobre o trabalho pedagógico com as diferentes linguagens e o uso das tecnologias digitais em sala de aula, a partir da constatação de que as “novas tecnologias” não são tão novas assim e a aparente “resistência” dessas tecnologias fazem parte do trabalho pedagógico de professores. Afirma que o uso das TICs poderia oferecer elementos importantes para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, sinalizando sempre sobre o tipo de uso que se faz: não é o uso em si mesmo. Nesse sentido, apresenta seis elementos de reflexão e ação para a inclusão no trabalho docente das tecnologias digitais: 1) vontade de aprender; 2) usar; 3) relacionar; 4) experimentar; 5) avaliar; 6) administrar o tempo.

Escrever, hoje (2018) é um livro que se destina a professores e pesquisadores interessados na temática das linguagens e das novas tecnologias, especialmente relacionadas com o trabalho pedagógico da linguagem na escola e aponta caminhos possíveis para tal, sem perder de vista a realidade educacional brasileira. É uma boa recomendação para quem está começando a se aproximar do tema.